

CIBEC/INEP



B0011569

NOVA UNIVERSIDADE

Apoio à Educação Superior



78.014
964p

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

JOSÉ SARNEY
Presidente da República

MARCO MACIEL
Ministro da Educação

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

**Programa de Apoio à Educação Superior
"NOVA UNIVERSIDADE"**

Brasília/1985

EVERARDO MACIEL
Secretário-Geral do MEC

GAMALIEL HERVAL
Secretário da Educação Superior

PAULO ELPIDIO DE MENEZES NETO
Subsecretário de Desenvolvimento da Educação Superior

DERBLAY GALVÃO
Subsecretário de Desenvolvimento das Instituições
de Ensino Superior



P964p

Programa de Apoio à Educação Superior: Nova Universidade. — Brasília: Secretaria da Educação Superior, 1985.

60 p.

1. Ensino Superior. 2. Melhoria do ensino. 3. Projeto de desenvolvimento. I. Programa Nova Universidade. II. Brasil. Secretaria da Educação Superior.

CDU-378.014

SUMARIO

	Pág.
Apresentação.	5
Fundamentos e Caracterização do Programa	7
Objetivos.	8
Linhas Prioritárias de Ação.	9
Procedimentos.	12
Recursos.	13
Projetos SESu.	15

APRESENTAÇÃO

Entre os compromissos do movimento de reconstrução democrática que viabilizou a Nova República está o de promover a inadiável renovação da educação superior.

Tal processo, na realidade, já se encontra deflagrado a partir das reflexões, dos debates e dos avanços que, conscientemente, se operam no âmbito das Instituições de Ensino Superior, com efetiva participação da comunidade universitária.

Para fortalecer e consolidar este empreendimento coletivo de renovação, o Governo instituiu uma comissão nacional com a incumbência de auscultar a sociedade, articular propostas e oferecer subsídios de política e de revisão da legislação pertinente.

Trata-se de encontrar alternativas viáveis para a solução da problemática da educação superior que, além de sua magnitude e complexidade, reflete as inúmeras e graves contradições da realidade brasileira contemporânea.

Busca-se uma redefinição do papel do Estado, seja garantindo o cumprimento de sua obrigação de prover os meios necessários, seja caracterizando sua atuação mais pela capacidade de indução e de apoio e menos pelo controle e cerceamento de iniciativas.

A renovação da educação superior, portanto, está fundada no pluralismo e na diversidade. Ela se opõe não apenas às tendências de centralização e imposição de padrões uniformes, como também às investidas de controle ideológico e político-partidário que sufocam as manifestações de criatividade e a própria afirmação da autonomia universitária.

Os esforços de renovação em curso integram, portanto, uma política de transição, dentro do processo mais amplo de democratização da sociedade brasileira.

Sua configuração dependerá, em grande parte, da ação participativa e da capacidade inovadora das instituições e dos agentes do processo educativo. PORQUE A MUDANÇA SÓ TERÁ SENTIDO E CONSEQUÊNCIA SE FOR BUSCAR NA BASE A SUA ORIGEM E SE NESTA MESMA BASE ENCONTRAR O SEU DESTINO.

Dentro desse enfoque, a renovação não comporta resultados definitivos e acabados, dado o caráter dinâmico da sociedade e a própria condição intrínseca da natureza humana que, por sua capacidade criativa, busca o contínuo aperfeiçoamento.

E aperfeiçoamento é a palavra chave. Porque os procedimentos expressos neste documento significam apenas um caminho novo, despido de entraves e burocratização. Um primeiro caminho para um novo conceito de uma nova universidade.

Trata-se, assim, fundamentalmente, da consolidação de programas de apoio e fomento às ações da universidade, tendo como eixo central a geral e comum aspiração pela qualidade de ensino.

A sociedade reclama por mais e melhor educação superior. A conquista desta última é condição para que se assegure à primeira sua dimensão democrática.

Marco Maciel

Fundamentos e Caracterização do Programa

A concepção do PROGRAMA DE APOIO À EDUCAÇÃO SUPERIOR - "NOVA UNIVERSIDADE" assenta na necessidade de consolidação, de integração e articulação das ações de execução, crescimento e qualificação do sistema de educação superior.

Traduz a vontade política do Governo de revitalizar a universidade, pela adoção de mecanismos ágeis de apoio a seus programas de ação. Significa o propósito de restaurá-la como instituição voltada para a geração da ciência, do conhecimento filosófico, da arte e da tecnologia. Reafirma a intenção de situá-la como centro de elaboração, de formação e de comunicação do saber, como instituição a serviço do homem, comprometida com o objetivo estratégico de redução da dependência científica e tecnológica do País.

Reconhecidamente, esta restauração pressupõe a busca permanente da excelência, na formação de recursos humanos e na ampliação do saber. É esta, inclusive, a condição para que a contribuição da universidade, em termos de promoção social, cultural e política, seja relevante.

A Secretaria da Educação Superior - SESu, como instância de ordenação da Política Nacional de Educação Superior, não dispunha, entretanto, de um instrumento adequado que lhe possibilitasse concentrar e priorizar ações para enfrentar este desafio, especificamente no plano de melhoria do ensino de graduação.

Esta lacuna é agora suprida com este Programa, entendido como instrumento de agilização. Propõe-se ele a incorporar, de imediato, as diretrizes políticas preconizadas no Relatório da Comissão para Reformulação do Ensino Superior, no capítulo da qualidade da graduação e do desempenho universitário.

Assim, define-se como um programa essencialmente aberto e dotado da indispensável flexibilidade que se requer para o apoio e fomento de projetos diversificados e ações inovadoras.

Como um Programa de fomento, é seu propósito privilegiar ações voltadas para pontos críticos e de maior carência da educação superior.

Significa estímulo à qualidade acadêmica mediante gestão de recursos adicionais às dotações das IES. Recursos que, obviamente, não se destinam ao custeio das atividades universitárias, razão pela qual o Programa não contempla diretamente problemas relativos à manutenção de hospitais, restaurantes e outras atividades-meio.

É seu pressuposto fundamental que as Instituições de Educação Superior devam capacitar-se a empreender sua autocrítica e assumir a renovação de suas estruturas e a qualificação de suas atividades, atendidas as diretrizes gerais e garantidoras do interesse público e dos padrões mínimos de desempenho de todo o sistema de educação superior.

É importante salientar que o Programa, mesmo objetivando uma maior integração de atividades que se têm caracterizado pela instabilidade, isolamento e pulverização, não esgota as ações de responsabilidade da SESu.

Igualmente, nesta primeira etapa, não explicita todas as articulações da SESu com os diferentes órgãos e agências que atuam na área, devendo, entretanto, criar condições para que seus esforços sejam conjugados, evitando a duplicação e dispersão de recursos.

O Programa coloca a dimensão pedagógica como principal referência de atuação da SESu, ao mesmo tempo que consolida mecanismos de suporte à sua função de articulação da Política de Educação Superior.

OBJETIVOS

Como proposta de fomento à renovação da Educação Superior, o principal marco de referência deste Programa é a dimensão qualitativa do ensino de graduação.

Isto significa que deverá constituir-se em mecanismo capaz de mobilizar esforços para enfrentar um conjunto de carências e distorções que, associadas a fatores sócio-econômicos e políticos, são responsáveis pelo quadro atual do ensino de graduação mais voltado para o credencialismo do que para a efetiva capacitação humana, profissional e técnico-científica.

Assim, constituem objetivos gerais do PROGRAMA DE APOIO À EDUCAÇÃO SUPERIOR - "NOVA UNIVERSIDADE":

1. ARTICULAR E APOIAR AÇÕES QUE CONCORRAM PARA A PROGRESSIVA ELEVAÇÃO DOS PADRÕES DE QUALIDADE DO ENSINO DE GRADUAÇÃO OFERECIDO PELAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS, UNIVERSITÁRIAS E ISOLADAS.
2. ESTIMULAR ESFORÇOS CONSISTENTES DE ORGANIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO DAS IES PARA O ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES EMERGENTES DA SOCIEDADE BRASILEIRA NOS SEUS VÁRIOS SEGMENTOS SETOR-

RIAIS, GRUPOS SOCIAIS E CONFIGURAÇÕES REGIONAIS.

3. PROMOVER E APERFEIÇOAR MECANISMOS DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DOS PADRÕES DE DESEMPENHO DAS IES.

UNHAS PRIORITÁRIAS DE AÇÃO

Para alcance destes objetivos, o Programa contempla quatro linhas prioritárias, sem prejuízo da incorporação de outras, a partir de diretrizes que sejam definidas para reformulação da educação superior brasileira:

/ - APRIMORAMENTO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO

A manutenção do ensino de baixa qualidade contraria qualquer prática pedagógica. Assume, portanto, especial relevância a preocupação do Governo e de setores da sociedade brasileira com relação à questão da qualidade do Ensino Superior.

Sabe-se que a elevação de padrões de qualidade não será obtida por normas, regulamentos e instrumentos burocráticos de inspeção. A qualidade está associada a um conjunto de condições que interferem no processo educativo. Daí ser esta a linha central do Programa. O equacionamento da questão da qualidade não se restringe ao aprimoramento de métodos ou à revisão curricular, mas estas e outras iniciativas congêneres deverão ser fomentadas.

Impõe-se, igualmente, uma avaliação criteriosa do ensino de graduação oferecido pelas instituições públicas e privadas, inclusive como condição prévia para medidas de qualificação, estabelecimento de critérios e alocação de recursos ou mesmo de política de expansão. A fixação e coordenação de padrões de ensino de graduação são competências ministeriais de supervisão, respeitadas a vocação e individualidade de cada instituição.

II - RELACIONAMENTO DA UNIVERSIDADE COMA SOCIEDADE

A prioridade reclamada pelo humano deve levar as IES a se organizarem, tendo em vista as exigências do meio sócio-cultural no qual estão inseridas.

A qualidade da contribuição universitária é também consequência da natureza de seu relacionamento com a sociedade.

Nesta direção, o Programa buscará apoiar projetos que concorram para o efetivo comprometimento das IES com seu meio.

Aqui, a regionalização constitui importante ponto de sinalização, pois o esforço de ensino e de pesquisa, que não esteja ajustado às especificidades regionais, torna-se impositivo e ineficaz para superação de proble-

mas e realização de aspirações geográfica e culturalmente identificadas.

Neste sentido, é desejável ampliar e fortalecer a participação da universidade na formulação e implementação de políticas públicas de alcance regional, em articulação com as respectivas agências de desenvolvimento.

Será, também, de fundamental importância fortalecer a interação das IES com as demandas dos setores produtivos e da Administração Pública em seus diferentes níveis.

As questões relativas à integração entre a universidade e a empresa nacional, entre o conhecimento técnico e o capital, entre a formação profissional e o mercado de trabalho, deverão ser enfrentadas com coragem e de maneira compatível com a opção da sociedade brasileira pela economia de livre iniciativa.

/// - COMPROMETIMENTO COM O DESAFIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Nenhum empreendimento de renovação da educação superior poderá estar dissociado da proposta prioritária do Governo para a superação dos problemas da educação básica nacional.

A SESu, em articulação com as IES, já vem desenvolvendo um trabalho de integração da universidade com o ensino de 1º e 2º graus.

É preciso, entretanto, que esta proposta não se perca em proposições retóricas, sem levar a uma articulação realmente concreta entre a educação superior e os graus anteriores do ensino.

Aliás, a integração da educação superior com a educação de 1º e 2º graus é uma conseqüência necessária do papel que os três níveis devem cumprir no seio da sociedade, com vistas à qualificação humana e cultural da população. As distorções e carências em um dado nível refletem no sistema educacional como um todo.

A universidade, por sua tarefa de formação de educadores e produção da pesquisa educacional, cabe, entretanto, uma responsabilidade intransferível.

Considerada indispensável, esta linha de ação deverá ampliar e comprometer, efetivamente, as potencialidades e competências das IES para a consecução das metas de universalização e qualificação da educação básica.

IV - ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

O acompanhamento das IES, sem prejuízo da liberdade de iniciativa e do exercício da autonomia, é tarefa da qual o Estado, como guardião do interesse público, não se pode esquivar.

Por outro lado, a implementação das políticas de educação superior não poderá prescindir de instrumentos de acompanhamento e avaliação que assegurem sua revisão e contínuo aperfeiçoamento.

Deve-se acrescentar que a promoção de mecanismos de avaliação

e acompanhamento, fundados em critérios públicos e com a participação das próprias IES, contribuirá para a conquista de mais significação e credibilidade das mesmas junto à população e à sociedade.

É com este enfoque que o Programa contempla esta linha de apoio a projetos e atividades nas áreas de acompanhamento, de avaliação e de cooperação técnica.

Dentro das características de programa de fomento, enfatizadas na concepção do PROGRAMA DE APOIO A EDUCAÇÃO SUPERIOR - "NOVA UNIVERSIDADE", são sugeridas as seguintes áreas e linhas de projetos a serem propostas e desenvolvidas pelas IES.

ÁREA 1 - APRIMORAMENTO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO

- Editoração
- Desenvolvimento do ensino superior
- Instrumentação do ensino
- Bibliotecas
- Uso de computadores em ensino
- Intercâmbio acadêmico
- Projetos Setoriais/nível de curso ou de área de conhecimento
- Avaliação de qualidade do ensino
- Avaliação de qualidade de sistemas de ensino

ÁREA 2 - RELACIONAMENTO DA UNIVERSIDADE COM A SOCIEDADE

- Estágio curricular
- Programas de alcance regional (MEC/MINTER)
- Produção, preservação e difusão cultural
- Desenvolvimento comunitário: educação, saúde, nutrição, infra-estrutura urbana
- Educação política
- Atividades em campus avançado
- Atividades em campus aproximado

ÁREA 3 - COMPROMETIMENTO COM O DESAFIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

- Melhoria do ensino nas séries iniciais, enfatizando o processo de alfabetização
- Melhoria do ensino nas áreas de Ciências, Matemática, Comunicação e Expressão, Estudos Sociais e Artes
- Desenvolvimento e aperfeiçoamento curricular, com ênfase no processo de avaliação

Proposição de alternativas educacionais para as populações compreendidas na faixa de escolaridade obrigatória, porém não atendidas pelo sistema de ensino regular de 1º grau
Melhoria do ensino dos cursos de formação de recursos humanos para o 1º grau (Escola Normal)

- *ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL*

- Desempenho gerencial
Administração universitária
Cooperação técnica interuniversitária
Cooperação técnica internacional
Avaliação de custo/aluno, custo/pesquisa, etc.
Financiamento de educação superior
Modelos de alocação de recursos
Desempenho gerencial de hospitais universitários
Avaliação do desempenho orçamentário

PROCEDIMENTOS

O Programa tem duas partes distintas. A primeira delas, desenvolvida e articulada pela SESu, é constituída de um grupo de projetos abrangentes. A segunda constitui-se exclusivamente de projetos propostos pelas IES e que serão por elas executados.

Os projetos da SESu, à sua vez, podem ser subdivididos em dois grupos: aqueles que se referem diretamente ao apoio a atividades-fim, seja em sua instrumentação como o de Melhoria de Bibliotecas (BIBLOS), o de Melhoria de Recursos Computacionais para Uso de Alunos (MICROS), o Projeto de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Superior (PADES), o Projeto de Estímulo à Editoração (PROED), o Projeto de Cooperação Acadêmica (PROAC) e os demais, que representam toda a estrutura básica de supervisão, acompanhamento, avaliação e assistência técnica às IES.

Pode-se dizer que o primeiro grupo de projetos da SESu é muito semelhante nos seus objetivos gerais ao conjunto de projetos que será proposto pelas IES, configurando as ações de fomento.

A segunda parte do Programa, que constitui explicitamente a área de fomento, fica totalmente aberta à criatividade das universidades, tendo sido indicadas apenas as áreas de ação.

As ações serão implementadas a partir dos projetos aqui delineados, de projetos apresentados pelas instituições interessadas e, também, de projetos de iniciativa da própria SESu, quando for o caso.

Na implementação deste Programa, evitar-se-á a pulverização e fracionamento de projetos que, além de aumentarem a burocracia e custos operacionais, nem sempre alcançam resultados que se coadunam com seus

objetivos globais. Assim, o fomento será direcionado para projetos que tenham objetivos finalísticos bem determinados em função de linhas e programas institucionais.

Quando se tratar de projetos apresentados pelas IES, sua tramitação obedecerá a calendário previamente estabelecido, sendo o exame de mérito dos mesmos realizado por comitês constituídos de consultores convidados pela SESu e técnicos da Secretaria.

As prioridades serão fixadas em dois planos distintos, quais sejam: a natureza e potencialidade do projeto em si e o nível de qualidade alcançado pela IES na área específica, medido principalmente com base na avaliação do seu desempenho acadêmico e gerencial.

O acompanhamento da execução dos projetos, bem como sua avaliação, será realizado pelos técnicos da SESu, assessorados por especialistas da área.

Dependendo do tipo de projeto que seja desenvolvido, com o correr do tempo algumas ações se transformarão em atividade permanente da IES. Neste caso, tal atividade deverá passar a ser contemplada com recursos adicionais no orçamento da instituição, saindo do Programa no exercício seguinte. É necessário que o mecanismo que se propõe seja bem entendido tanto pela própria IES como pelos órgãos que decidem sobre as propostas orçamentárias.

O que está aqui caracterizado é um acréscimo real no orçamento da IES, bem especificado, em decorrência da transformação de ações previstas nos projetos em atividade permanente da instituição. Tal mecanismo reveste-se da maior importância na medida em que seja capaz de gerar mudanças em práticas por demais conservadoras de configuração orçamentária, bem como garantir à IES a continuidade de determinadas ações.

Caberá também à SESu, além do acompanhamento da execução dos projetos, a identificação de ações de fomento desenvolvidas, junto a uma mesma IES, por outras agências, para efeito de conhecimento da dinâmica do ensino superior como um todo.

RECURSOS NECESSÁRIOS

Um programa como este pressupõe a existência de recursos capazes de gerar uma resposta do sistema. Desta forma, não terá qualquer sentido abrir uma área de fomento na SESu com recursos, por exemplo, semelhantes àqueles com que ela tem contado nos últimos anos para seus acañados programas de apoio.

Assim, foi realizada uma estimativa do que será necessário para viabilizar o Programa, a partir da configuração que lhe foi dada.

Os projetos da SESu, no exercício de 1986, exigirão 450 bilhões de cruzeiros para sua viabilização, sendo que, deste montante, 310 bilhões seriam destinados a dois projetos vinculados diretamente à ação de melhoria específica da qualidade do ensino:

- Melhoria e equipamento de bibliotecas
- Implantação de microcomputadores nacionais para uso de estudantes.

Tais projetos tratam de instrumentação para o ensino e os recursos neles aplicados fluem diretamente às IES como equipamentos ou recursos para sua aquisição.

O Programa disporá de 1,0 trilhão de cruzeiros para financiamento dos projetos de maior porte, já delineados pela SESu, que serão implementados a partir de projetos específicos propostos pela IES, e também para financiamento daqueles originados nas próprias IES, nas linhas sugeridas pelo Programa.

A dotação aprovada será distribuída em despesas de custeio, capital e outros serviços e encargos no conjunto do sistema universitário.

Área 1 - Aprimoramento do Ensino de Graduação

Projeto de Estímulo à Editoração do Trabalho Intelectual (PROED)

O PROED vem sendo desenvolvido há quatro anos pela SESu/MEC, em concordância com as diretrizes estabelecidas no III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto que recomenda para o ensino superior: "desenvolver o potencial existente para a configuração do seu papel em prol de uma sociedade informada, da criação de outras modalidades educativas e da correção das disparidades sociais e regionais, enfatizando suas características de centros, tanto captadores como disseminadores de conhecimentos científicos, pedagógicos, culturais e tecnológicos".

Como uma das estratégias para alcançar estes objetivos, a SESu e as IES têm procurado incentivar o professor universitário a organizar e divulgar seus trabalhos intelectuais e científicos.

Os princípios básicos do PROED podem ser assim sintetizados:

- publicação de trabalhos preferencialmente de docentes;
- prioridade ao livro-texto para graduação nas áreas em que a bibliografia existente é precária;
- valorização dos assuntos relacionados com a região;
- fortalecimento dos conselhos editoriais para seleção rigorosa dos textos;
- sistema de co-edições com editoras privadas e outros órgãos;

Alguns resultados concretos comprovam a validade das experiências realizadas:

- a bibliografia básica para os cursos de graduação foi ampliada, enriquecida;
- professores que não tinham oportunidade de ver seus trabalhos divulgados passaram a publicá-los pelas editoras universitárias

- e, posteriormente, viram seus trabalhos aceitos pelas editoras particulares;
- a pesquisa de originais, empreendida pelas editoras universitárias, estimula a elaboração e organização de novos trabalhos, bem como o aperfeiçoamento e atualização de trabalhos já existentes;
 - as editoras particulares passaram a se interessar mais pela produção acadêmica desenvolvida no interior das universidades e as co-edições foram favorecidas;
 - a qualidade, tanto do conteúdo quanto dos aspectos gráficos dos trabalhos publicados pelas editoras universitárias, apresentou um sensível aprimoramento;
 - criaram-se associações (Nordeste, Norte e Sul) regionais de editoras universitárias que têm contribuído para o intercâmbio e o aperfeiçoamento da produção e da política editorial;
 - organizou-se o Programa Interuniversitário de Distribuição do Livro por iniciativa das próprias editoras universitárias.

OBJETIVO GERAL

Apoiar o plano editorial das instituições de ensino superior.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- estimular a produção, publicação e divulgação do trabalho intelectual dos docentes e conseqüentemente fomentar o debate crítico universitário;
- fortalecer o interesse da comunidade acadêmica pela qualidade do ensino, atenuando a utilização indiscriminada da reprografia, incentivando a leitura e estimulando o aperfeiçoamento do material utilizado pelos docentes;
- enriquecer a bibliografia básica disponível para os cursos de graduação;
- refletir o desempenho intelectual das IES, divulgando de forma ampla e adequada a produção intelectual dos docentes;
- criar mecanismos de intercâmbio de soluções técnicas para editoração, divulgação e distribuição de livros entre as IES e
- aperfeiçoar o padrão editorial das publicações universitárias.

OPERACIONALIZAÇÃO

Podem participar do PROED instituições que já apresentem conselho editorial devidamente constituído, com representantes de diversas áreas do conhecimento e experiência anterior na seleção e editoração de livros.

As IES interessadas em participar do Projeto devem encaminhar à Subsecretária de Desenvolvimento da Educação Superior o plano de publicações, já aprovado pelo Conselho Editorial.

Os planos apresentados pelas IES serão analisados na SESu/SDE com vistas ao apoio financeiro, dentro dos princípios estabelecidos pelo PROED e aqui sintetizados.

Não serão apoiadas as publicações em língua estrangeira, traduções, edição de novos periódicos e publicação de documentos administrativos (relatórios, catálogos, manuais de procedimentos, boletins...).

Projeto de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Superior (PADES)

A proposta atual do Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Superior - PADES pretende incentivar, a nível das IES, a ampla discussão do ensino de graduação, de modo a elaborar projetos educacionais específicos e inovadores com elevado grau de abrangência, visando a consolidar as ações de melhoria de ensino em um todo orgânico, articulado e altamente permeável às trocas de experiências vivenciadas.

Isto quer dizer, fundamentalmente, que o PADES se propõe a apoiar ações que impliquem o repensar da própria instituição universitária quanto às suas funções e quanto ao significado do ensino de graduação como espaço e tempo de formação adequada de profissionais capazes de atuar e de interferir na sociedade. Conseqüentemente, estas ações devem ser implementadas em consonância com os objetivos das Pró-Reitorias de Graduação, entendidas como catalisadoras das ações de melhoria de ensino, e fazer parte de um projeto educacional específico das IES.

No estabelecimento deste projeto educacional, objetivar-se-á a participação e envolvimento dos vários segmentos da comunidade universitária e a formação de recursos humanos de nível superior para responder às dimensões técnica, humana e política, numa perspectiva de mudança, a partir de uma visão crítica da realidade.

OBJETIVOS

- contribuir para a implementação das linhas básicas da programação da SESu/MEC no que concerne à melhoria do ensino de graduação, garantindo-lhe os recursos orçamentários adequados ao alcance das metas propostas; incentivar, a nível das IES, a ampla discussão do ensino de graduação, de modo a elaborar-se um profundo projeto educacional, específico e inovador, no qual as ações que visem à melhoria do ensino constituam um todo orgânico e articulado.

AÇÕES

Para atingir os objetivos propostos, o Projeto de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Superior - PADES dispõe-se a desenvolver as seguintes ações:

- fortalecer e resguardar a autonomia das equipes locais na organização de seus planos de trabalho;
- promover e incentivar a troca de experiências entre as IES participantes do PADES;
- promover encontros sistemáticos sobre o Projeto que permitam às IES expor, comparar, avaliar e propor medidas que melhor atendam às necessidades próprias de suas realidades;
- dinamizar o trabalho de acompanhamento e avaliação do Projeto e ampliar suas funções de forma a propiciar às equipes locais assessoria técnica e consultoria;
- promover a integração das ações do PADES com as ações similares de outros projetos a nível de MEC e de outras agências governamentais financiadoras, tais como: CAPES, INEP, CNPq, FINEP;
- gestionar para que cada IES inclua em seu orçamento recursos que venham assegurar, juntamente com os liberados pela SESu, a continuidade das ações do PADES;
- promover a implantação do PADES nas IES que apresentam condições promissoras de desenvolvimento do Projeto.

ESTRUTURA

O PADES conta com uma equipe central, no âmbito da SDE/SESu, e com equipes locais em cada instituição dele participante. Estas, a partir da própria filosofia do Projeto, devem constituir-se em elemento dinamizador de apoio e incentivo às diversas instâncias diretamente envolvidas no trabalho pedagógico, evitando transformar-se em atividade supletiva ou dedicada ao atendimento de problemas individualizados.

O desenvolvimento e fortalecimento do PADES é responsabilidade conjunta das equipes central e local. Nesta perspectiva, estão programadas atividades que permitam o intercâmbio interinstitucional, a discussão e a consolidação efetiva da proposta do PADES. A estas atividades deverá somar-se a implementação, em cada IES, das ações programadas no plano de trabalho ou daquelas recomendadas pela equipe central e consultores.

A vitalidade e o empenho das equipes locais é, nesse momento, uma evidência altamente positiva da adequação das diretrizes do PADES e da relevância do Projeto no esforço renovado de melhoria do ensino superior da universidade brasileira. A atuação do PADES revela a profunda sen-

sibilidade e identidade da SESu/SDE/CDE com a problemática do ensino de graduação, especialmente pela postura de apoio e respeito à autonomia das IES. O fortalecimento das IES é sua característica mais marcante.

Projeto para Implantação de Microcomputadores Nacionais para uso de Estudantes (MICROS)

A situação dos recursos computacionais - RC - das IES é, em geral, bastante precária. As instituições tiveram seus RC atualizados no início da década de 70 e, desde então, não recebem recursos significativos para este fim.

Cumprir salientar que o investimento feito no início da década de 70 proporcionou significativo desenvolvimento das IES, mormente na área de informática, exercendo papel fundamental na criação da indústria nacional de informática, responsável por cerca de 50% do faturamento do setor no País.

A desatualização que hoje se verifica nos RC das IES vem comprometendo suas atividades de ensino e pesquisa, não só na área de informática, mas em todas as áreas do conhecimento que têm no computador uma ferramenta importante.

Por outro lado, apesar da recente institucionalização da Política Nacional de Informática, através de lei, o seu instrumento principal, que é a reserva de mercado, continua sob constante ameaça, requerendo ações concretas por parte do Poder Público para consolidação da indústria nacional de informática, pela formação de pessoal competente atualizado nas IES, pela aquisição de bens por ela produzidos e disseminação de seu uso.

Observa-se, ainda, que o elevado custo de manutenção (no mínimo 10% ao ano do valor do equipamento), aliado às dificuldades financeiras das IES, tem provocado situações em que equipamentos permanecem longo tempo sem condições de operar.

Por estas razões, urgente se faz um esforço governamental para mudar este quadro, preferencialmente com o uso de equipamentos nacionais, tanto no que se refere à aquisição quanto à criação de oficinas de manutenção nas IES.

No tocante a microcomputadores, a Comissão de Informática entende como necessária uma ação mais rápida para cumprir quatro objetivos igualmente importantes:

- iniciar o processo de atendimento da enorme demanda por recursos computacionais, objetivando informatizar a profissionalização dos estudantes das IES;
- contribuir para a consolidação da Política Nacional de Infor-

- mática, atendendo, com equipamentos nacionais, boa parte da demanda por microcomputadores;
- neutralizar a pressão para liberação da entrada de microcomputadores estrangeiros de 16 bits;
 - eliminar a obsoleta e onerosa utilização de cartões e reduzir o consumo de formulários contínuos.

O Projeto para Implantação, nas IES, de Microcomputadores Nacionais para uso dos Estudantes, ora proposto, tem caráter emergencial e atenderá uma população estimada em 67.000 estudantes que utilizam, regularmente, o computador, além daqueles que o utilizam eventualmente.

O montante do empreendimento foi calculado em 841.750 ORTNs. Este investimento terá retorno, do ponto de vista social, pela formação de uma cultura própria no uso de equipamentos nacionais, do econômico, pela consolidação e expansão da indústria nacional de informática, e do financeiro, na forma de impostos pagos por esta indústria.

Cumprir ressaltar que a aquisição em bloco permitirá uma substancial economia de escala.

Finalmente, dois aspectos, no entender da CCI, merecem consideração especial para assegurar o êxito deste Projeto:

- as IES devem prover os meios necessários à adequada instalação dos equipamentos;
- a existência de oficinas de manutenção reduz, mas não elimina, os compromissos, por parte das IES, de contratação de manutenção para fornecimento de peças.

Dimensionamento do Projeto

a) Clientela

A população beneficiada, estimada em 50 IES, é constituída por cerca de 67.000 estudantes, que utilizam regularmente o computador, assim distribuídos:

- 35 cursos de graduação em Informática, com aproximadamente 12.000 alunos.
- 340 cursos na área de Tecnologia, exceto Informática, Ciências Exatas e Estudos Sociais Aplicados, com aproximadamente 50.000 alunos que utilizam regularmente o computador.
- 100 cursos de pós-graduação nas áreas de Tecnologia, exceto Informática, Ciências Exatas e Estudos Sociais Aplicados, com aproximadamente 4.000 alunos.

- 10 cursos de pós-graduação em Informática, com aproximadamente 700 alunos.

Total de alunos em cursos de computação	= 1 2.000
Total de alunos em outros cursos	= 50.000
Total de alunos em cursos de pós-graduação	= 4.700

b) Equipamentos necessários (para atender toda a população acima):

- Microcomputadores de 8 e 16 bits e impressoras.

A distribuição relativa dos recursos entre os diversos tipos de equipamentos é preliminar, podendo ser ajustada quando da aquisição dos mesmos, em função da evolução dos custos relativos dos diferentes tipos de equipamentos no mercado nacional e em função das necessidades específicas das instituições a serem atendidas.

Benefícios	Microcomputador		
	de 16 bits	de 8 bits	impressoras
Graduação em Informática	84	250	67
Pós-Graduação em Informática	30		6
Graduação em outros cursos		695	139
Pós-Graduação em outros cursos	56		11
TOTAIS	170	945	223

Ressalte-se que este é um projeto de emergência, que representa uma iniciativa do MEC no sentido de atender necessidades de recursos computacionais para atividades de ensino, setor em que as carências são mais pronunciadas, estando prevista sua execução para o ano de 1986.

Paralelamente, estão sendo desenvolvidos estudos com o objetivo de dar continuidade ao Projeto, ampliando o atendimento às atividades de ensino.

- Supermicro e oficinas

Recomenda-se dotar 25 instituições (50% do total) com supermicro e oficinas de manutenção.

Execução e acompanhamento de projeto

- A execução e o acompanhamento do Projeto ficará a cargo da SESu.

Projeto de Melhoria e Equipamentos de Bibliotecas (BIBLOS)

Todos os estudos que têm sido realizados, em maior ou menor escala, sobre a qualidade atual do ensino de graduação no Brasil e sobre as condições em que ele se desenvolve levam invariavelmente à conclusão de que a deficiência das bibliotecas se inclui entre as principais causas do fraco desempenho desse nível de educação.

Sabe-se que, ao lado das deficiências em quantidade ou qualidade do acervo, ou em relação ao funcionamento das bibliotecas de universidades, existe o problema maior da ausência da biblioteca em muitas das pequenas faculdades isoladas.

O projeto que a SESu pretende desenvolver, em associação com outras iniciativas, no sentido de fomentar a melhoria da qualidade do ensino, vincula-se principalmente à criação de condições mínimas de acervo e funcionamento para o estudante de graduação.

DIRETRIZES

- estimular a definição de padrões de desempenho da biblioteca universitária adequados à realidade brasileira, de modo a orientar o seu planejamento, organização e desenvolvimento e garantir a qualidade das atividades realizadas a nível nacional e institucional;
- estimular o estabelecimento de programas de aquisição cooperativa e planejada em nível institucional entre bibliotecas universitárias, possibilitando o acesso mútuo às coleções;
- estimular o aperfeiçoamento do bibliotecário na teoria e na prática de seleção e no conhecimento das áreas e assuntos a serem objeto de seleção de materiais informacionais.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- financiar a aquisição de acervo e equipamento das bibliotecas consolidadas das universidades e de algumas escolas isoladas, visando à melhoria efetiva de seu desempenho;

- financiar a aquisição da bibliografia mínima necessária aos cursos das escolas isoladas particulares.

AÇÕES BÁSICAS

- instituição de um grupo de trabalho de que participarão também representantes de bibliotecas universitárias bem como professores de instituições públicas e particulares, com a finalidade de coordenar, orientar e acompanhar os resultados;
- criação de comitês assessores em áreas específicas para exame dos projetos capazes de viabilizar os objetivos específicos.

PRIORIDADES

Serão estabelecidas a partir do nível de qualidade atingido e do potencial de resposta aos estímulos do Projeto.

As informações para a fixação dessas prioridades serão extraídas dos relatórios de avaliação previstos no Projeto de Avaliação do Ensino de Graduação.

DURAÇÃO DO PROJETO E METAS PREVISTAS

O Projeto deverá ter a duração de cinco anos e a meta será atingir, nesse período, a totalidade das instituições que apresentem potencial de resposta estabelecido pelos comitês assessores. Após estes cinco anos, a SESu deverá continuar acompanhando o desempenho das bibliotecas universitárias e assegurando uma política de atualização de acervos junto às IES.

Projeto de Cooperação Acadêmica (PROAC)

A SESu, por força de sua função de coordenação e de articulação da política nacional de educação superior, tem a importante tarefa de promover a cooperação técnica no plano da administração acadêmica. A capacidade de realização de cada universidade não se esgota dentro da própria instituição. De há muito sabe-se que a produção do conhecimento e o aprimoramento da formação científica e profissional não são conquistas isoladas, mas resultantes do confronto de idéias, da movimentação e do diálogo visando à análise objetiva da realidade. Nosso intercâmbio interuniversitário ou entre as universidades e demais instituições, empresas ou organismos públicos, ainda é demasiadamente burocrático e formal. Tem sido um in-

tercâmbio de convênios ou de congressos, mas não um processo cotidiano resultante de uma disposição conjunta.

A SESu pretende agora, assumindo uma posição definida em relação a ações de fomento, dinamizar a cooperação acadêmica, tomando-a um instrumento dinâmico de renovação, mediante:

- estágios de alunos, curriculares ou não, supervisionados, em empresas ou mesmo em outras instituições de ensino ou pesquisa;
- instituição de bolsa de pesquisa, que permita ao aluno uma forma de treinamento supervisionado, que poderá constituir-se em estágio ou não;
- estágio de professores junto a departamentos de outras IES, visando ao seu aperfeiçoamento;
- estágio de professores em empresas, visando ao seu aperfeiçoamento;
- estágio de professores ou técnicos de universidades prestando assistência técnica, visando à melhoria dos processos na própria empresa;
- estágio de técnicos de empresas em universidades, visando ao seu aperfeiçoamento ou prestando assistência técnica, segundo esquema similar ao adotado para professores de IES;
- residência de professores de uma IES em outras IES, por período determinado, para ministrar cursos ou para coordenar ou participar de projetos de pesquisa com a participação de alunos de graduação.

OBJETIVOS

- propiciar treinamento efetivo a alunos de graduação, seja em empresas, seja em universidades;
- propiciar às instituições de menor porte usufruírem dos recursos humanos mais qualificados existentes nos centros mais avançados, visando à melhor qualificação de seus próprios recursos humanos.

ESTRATÉGIA DE AÇÃO

- No caso do treinamento dos estudantes, a SESu induziria acordos entre instituições de ensino entre si, entre instituições de ensino e empresas ou órgãos do Governo, cobrindo os custos total ou parcialmente, conforme o caso.
- Para o treinamento dos estudantes em pesquisa, seriam concedidas bolsas de pesquisa, à semelhança das bolsas de iniciação científica do CNPq, mediante aprovação de projetos de pesqui-

sa, envolvendo estudantes e docentes de graduação.

- No caso de estágio de professor em empresas ou técnicos de empresas em universidades, o procedimento da SESu seria, também, o de induzir convênios a partir de projetos oriundos das universidades, suportando os custos total ou parcialmente, conforme o caso.
- No caso de estágio, com duração de um semestre letivo, de professores de centros menores em outros mais adiantados, ou de residência de professores destes em centros menores, também com duração de um semestre letivo, deverá haver uma indução de colaboração por parte da SESu, a partir dos resultados da avaliação da qualidade da graduação, bem como das recomendações dos comitês assessores ou comissões de especialistas, nas diferentes áreas de conhecimento.

PRIORIDADES

- Sem prejuízo das recomendações dos comitês assessores, deverá ser dada prioridade à cooperação intra-regional, visando a uma melhor distribuição do uso dos recursos humanos qualificados existentes nas universidades ou em empresas, em cada região.

DURAÇÃO DO PROJETO E METAS

- Está prevista uma duração de 5 anos para o Projeto, para que sejam avaliados seus resultados. A idéia é iniciar em 1986, com intercâmbio de até 150 professores e envolver 1.000 estudantes entre estágios supervisionados não curriculares e bolsas de pesquisa. No último ano do Projeto, seriam envolvidos até 250 professores e 3.500 estudantes.
- A avaliação do ensino de graduação, em 1991, deverá enfatizar os aspectos relacionados com este Projeto, tentando isolar os seus efeitos e visando medir a sua real eficácia na melhoria do nível de qualidade do ensino de graduação.

PROJETOS SETORIAIS

INTRODUÇÃO

Os Projetos Setoriais representam parte de uma experiência acumulada pelos vários setores que constituíam a antiga Secretaria de Ensino Superior e que acompanharam (e vêm acompanhando) atividades de repercussão no processo acadêmico.

De uma forma geral, os Projetos Setoriais voltam-se para o diagnóstico e a avaliação do ensino de graduação nas diversas áreas. A medida em que este estágio é superado, são formuladas propostas concretas de ação, materializadas no respectivo Projeto de Melhoria do Ensino de Graduação - PMEG. Estes projetos buscam a implementação de ações que, dentre outras, se preocupam com o apoio ao docente, bibliográfico e de bibliotecas, editorial e melhoria de instalações e equipamentos.

Uma das características fundamentais do trabalho desenvolvido pelos referidos projetos diz respeito à participação de toda a comunidade da área. A partir da atuação junto às sociedades científicas e associações representativas de profissionais ou congêneres, de onde saem os consultores utilizados nas diversas etapas do trabalho, a comunidade é chamada a intervir, opinando, sugerindo, criticando.

Existem, atualmente, na SESu, Projetos Setoriais nas seguintes áreas: Arquitetura, Educação, Ciências Agrárias, Geografia, História, Informática, Oceanografia e Química e está sendo proposto o de Engenharia.

Todos estes projetos, a exemplo do que já ocorre com o PRONAGRI e o PROENGE, serão absorvidos a curto prazo pelas ações das Comissões de Especialistas. A implementação do trabalho destas comissões, com apoio técnico da SESu, ampliará o campo dos Projetos Setoriais a todas as demais áreas de conhecimento.

Projeto de Melhoria do Ensino de Graduação em Arquitetura PMEG/ARQ

O Projeto de Melhoria do Ensino de Graduação em Arquitetura procura revitalizar o ensino de Arquitetura no Brasil, através da melhor qualificação dos seus docentes, do estímulo à produção de material didático e do incentivo ao intercâmbio entre instituições de ensino.

No desenvolvimento de suas ações, o Projeto preocupa-se com o envolvimento do maior número de docentes e discentes, buscando assim uma constante melhoria da qualidade do ensino de graduação.

OBJETIVOS

O PMEG/ARQ visa a promover condições básicas para o alcance dos seguintes objetivos:

- apoiar e assessorar o docente, propiciando treinamento em serviço, através de cursos (atualização, aperfeiçoamento, especialização, mestrado ou doutorado), seminários, encontros ou outra modalidade equivalente;
- propiciar um apoio mútuo às diversas escolas da área de Arqui-

tetura através do incentivo à permuta de docentes, de produção e intercâmbio de material didático, inclusive de materiais auto-instrucionais;

- estabelecer uma rede funcional de Bibliotecas, inicialmente em âmbito regional, mas com vistas a um sistema nacional de apoio mútuo;
- melhorar condições de instalação e equipamentos da área através da cooperação que favoreça diversas instituições da região no uso comum de laboratórios e oficinas.

AÇÕES

Seminário sobre Ensino de Arquitetura

O seminário visa a propiciar condições para melhor conhecimento, retlexão e avaliação sobre a atual situação do ensino na área, utilizando a apresentação das experiências didáticas dos cursos de Arquitetura.

Encontros de Especialistas

Estes encontros a nível regional ou nacional visam a integrar experiências, avaliar resultados e implementar diretrizes para o ensino de:

- Teoria e História da Arquitetura;
- Projeto;
- Tecnologia da Arquitetura.

Cursos de Extensão para Docentes (Módulos)

Realização de cursos de extensão de curta duração, ministrados nas Escolas de Arquitetura por professores de outras IES, com a finalidade de aperfeiçoamento dos seus docentes.

Estágio Docente em Arquitetura/Interface PROAC

O estágio busca o intercâmbio entre Escolas de Arquitetura, proporcionando a troca de conhecimentos e experiências na área, através do treinamento de docentes.

Apoio à Biblioteca/Interface Projeto BIBLOS

Baseando-se em diagnóstico da situação das Bibliotecas de Arquitetura, efetuado pela SESu, é que se justifica a solicitação de apoio técnico e financeiro para a melhoria de suas condições de funcionamento.

Para as Bibliotecas das seguintes IES: UFPA, UFCE, UFPE,

UFBA, UFMG, UCG, UnB, UFRJ, USP e UFRS, consideradas como núcleos de apoio às demais, é necessária a alocação de recursos, visando à aquisição de livros, periódicos e pequenos equipamentos, tais como leitora de microfichas e xerox.

Apoio à Aquisição de Equipamentos

Montagem de um pequeno laboratório na área de conforto ambiental, visando ao aperfeiçoamento dos docentes de diversas escolas do País para o domínio efetivo do controle ambiental, através de estudos, práticas e pesquisas.

Prevê-se a aquisição ou construção de 06 conjuntos/laboratórios de equipamentos e modelos, o mínimo indispensável, que deverão ser instalados em instituições de diversas regiões climáticas do País.

Editoração/Interface PROED

Apoio à divulgação da produção intelectual dos docentes de Arquitetura (textos básicos, monografias e resultados de teses e pesquisas).

Esta ação se justifica pela reduzida bibliografia de autores nacionais na área de arquitetura.

Projeto de Melhoria do Ensino de Graduação em Geografia - PMEG/GEO

As discussões e os debates realizados recentemente, envolvendo questões ligadas ao ensino em todos os níveis, à pesquisa e ao trabalho profissional do geógrafo, tiveram como resultado o surgimento de valiosas contribuições que permitiram a elaboração de propostas para a melhoria do ensino e da pesquisa nesta área. Entre estas, destaca-se a implantação de um Projeto de Melhoria do Ensino de Graduação em Geografia - "PMEG-GEO". O Projeto permitirá implementar as diretrizes e orientações curriculares e promover a melhoria do ensino superior, na perspectiva de uma formação especializada que habilitará o geógrafo para a produção do conhecimento específico, para o ensino e para a participação, como profissional, na solução dos problemas regionais e nacionais.

OBJETIVO

O Projeto tem por objetivo promover a melhoria dos cursos de graduação em Geografia, através da implementação de subprojetos de:

- a) Apoio ao Docente/Interface PROAC
- b) Bibliotecas e Editoração/Interface BIBLOSe PROED
- c) Equipamentos e Instalações

AÇÕES

Atividades de Apoio ao Docente/Interface PROAC

Estas atividades deverão ser desenvolvidas através de modalidades de incentivo, assessoramento e qualificação de docentes. Entre elas, destacam-se: .

- Propostas de módulos itinerantes, cursos e ciclos de palestras, de caráter regional.

A experiência vem demonstrando que o maior custo de deslocamento de docentes e de especialistas para proferir palestras, ministrar cursos ou participar de seminários recai no alto preço das passagens. Visando ao melhor aproveitamento desta despesa, o PMEG/GEO deverá prever a organização de roteiros, envolvendo, cada um, o maior número possível de escolas em cada região.

Estes módulos itinerantes, cursos e ciclos de palestras estão previstos para apresentar as seguintes características gerais:

- serem ministrados por um ou mais docentes;
 - terem uma duração máxima de uma semana, com 15 horas/aula no mínimo, podendo realizar-se em duas etapas;
 - serem programados pela Comissão Interuniversitária de Geografia, alcançando, pelo menos, duas escolas da região por vez.
- Intercâmbio de docentes:

Esta modalidade é de baixo custo e pode alcançar alto nível de eficácia para o curso a ser apoiado. Assim, enquanto uma escola tem necessidade de formar e aperfeiçoar docentes para um determinado setor do curso, outra conta com equipe docente de alta qualificação sobre a matéria. A troca de docentes por um período convencionado permitirá ajuda à instituição que o desejar, assim como um estágio de treinamento e estudos intensivos de docentes na instituição de apoio.

- Participação de docentes em cursos e estágios:

Estas atividades, de curta duração, deverão ser realizadas em instituições de reconhecido nível acadêmico no Brasil e/ou exterior. Os docentes interessados nesses cursos e estágios concorrerão a bolsas de estudo, fornecidas pela CAPES e pelo CNPq, especialmente destinadas ao PMEG/GEO.

Bibliotecas e Editoração/Interface BIBLOS e PROED

Os subprojetos Bibliotecas e Editoração deverão envolver atividades de:

- incentivo à implementação de uma base de dados ou um centro de disseminação de informações, com o objetivo de permitir a comunicação e atualização contínua à comunidade;
- incentivo à permuta constante da produção geográfica das diversas IES e entidades públicas ou privadas que trabalhem em Geografia;
- incentivo a mecanismos ou protocolos que permitam a rápida absorção de novas tecnologias de análise;
- incentivo à produção e publicação de livros-textos, para as disciplinas geográficas, especialmente nas áreas que não possuem textos publicados em Português.

Ênfase deverá ser dada à organização de uma biblioteca básica dos cursos e edições de trabalhos relevantes, visando a contribuir para o aprimoramento do ensino de Geografia no País.

Especial atenção, também, deverá ser dada à elaboração e intercâmbio de materiais instrucionais entre as instituições.

Equipamentos e Instalações

O subprojeto Equipamentos visará à complementação e melhoria do que já existe nas escolas envolvidas: bibliotecas, instalações, oficinas, laboratórios, etc.

População Envolvida

O grande número de cursos de graduação em Geografia existente no País e a escassez de recursos impõem uma política de concentração de investimento e esforços capaz de realizar as experiências necessárias à avaliação e ao aperfeiçoamento dos objetivos propostos, antes de ampliar o campo de aplicação do Programa.

A escolha dos cursos que integrarão inicialmente o Projeto deverá ser baseada em critérios de vitalidade demonstrada pelas escolas, visando a concentrar recursos e experiências e facilitar a rápida difusão dos resultados alcançados. O Programa permanecerá aberto a outras instituições que demonstrem, na prática, seu potencial, principalmente no plano das inovações estruturais e metodológicas.

As IES firmarão protocolo de intenções, comprometendo-se a desenvolver, detalhar e implantar o presente Programa. A experiência-piloto, empreendida com o apoio da SESu/MEC e de outros órgãos, será posteriormente ampliada para incluir o maior número possível de escolas.

Projeto de Melhoria do Ensino de Graduação em História PMEG/História

O Projeto de Melhoria do Ensino de Graduação em História (PMEG-História) é resultado de um amplo trabalho desenvolvido pela SESu, o Projeto "Diagnóstico e Avaliação dos Cursos de História no Brasil". No Documento Final, publicado em 1985, o Projeto sugeriu a implementação do PMEG-História, entendido "como parte de outras medidas estruturais indicadas e propostas como necessárias ao melhor desempenho dos cursos de História".

OBJETIVO

O objetivo primordial do Projeto é o de promover a melhoria dos cursos de graduação em História através das seguintes atividades: apoio docente, apoio bibliográfico e de biblioteca, apoio editorial e melhoria de instalações e equipamentos.

AÇÕES

Iniciado no corrente ano, o PMEG-História pretende dar continuidade às ações já desenvolvidas, ao mesmo tempo em que deverá acionar outras. Em síntese, a programação está assentada nas seguintes atividades:

Apoio Bibliográfico/Interface - BIBLOS

Uma das tarefas do PMEG-História é a de proporcionar condições para prover as unidades mais carentes de uma bibliografia básica, indicada pelos docentes do Programa e pela comunidade.

Pelo conhecimento que se tem das bibliotecas da maioria dos cursos de História no País, constata-se uma flagrante deficiência. Assim, na medida do possível, o Programa pretende providenciar apoio para ampliação, ou mesmo adequação, das bibliotecas. Tarefa importante será a de fornecer informações atualizadas para a aquisição de livros e periódicos nacionais e internacionais. Pensa-se mesmo na possibilidade de, através do Programa, estabelecer-se critérios para avaliação de uma biblioteca mínima, com listagem de títulos de livros e periódicos.

Apoio Docente/Interface - PROAC

O Apoio Docente compreende o intercâmbio de docentes de universidades ou institutos diversos que mantenham cursos de História e que se disponham a participar do Programa. Dessa forma, as unidades envolvidas no PMEG-História ofereceriam e receberiam professores, visando ao

aperfeiçoamento e qualificação de docentes. Este intercâmbio entre as universidades permitiria que algumas unidades, selecionadas a partir de critérios fixados pela comunidade, oferecessem docentes para ministrar cursos nas diversas escolas conveniadas, alargando, assim, iniciativas que hoje se concretizam com grandes dificuldades e a partir de esforços individuais.

Tais cursos poderiam compreender uma semana de aulas (com 15/20 horas-aula) podendo desdobrar-se em etapas de igual duração, ao longo dos semestres letivos, ou de maneira mais intensiva, nos períodos de recesso escolar. Outras modalidades de intercâmbio seriam: seminários, estágios, além de procedimentos que poderão ser sugeridos e adotados, como encontros, simpósios e conferências.

Projeto Editorial/Interface - PROED

O PMEG-História busca orientar-se no sentido de promover a divulgação de textos de História, com o apoio a publicações especializadas resultantes de pesquisas e teses, edições de obras esgotadas, traduções, etc. O incentivo à editoração poderá ser iniciado a partir de publicações de índices temáticos de referência de obras e periódicos, bem como bibliografias comentadas ou resenhas temáticas.

Melhoria de Instalações e Equipamentos

Assim como há lacunas imensas nas bibliotecas dos cursos de História, sabidas são as necessidades de equipamentos e instalações. Na medida do possível, deveriam ser alocados recursos para aquisição de equipamentos necessários à pesquisa em História, tais como: leitoras de microfílm, máquinas de microfilmagem, material fotográfico e cinematográfico, vídeo-cassete, etc. Por outro lado, o Programa deve prever a viabilização para o desenvolvimento de certos recursos não tradicionais para a produção em História, pois cada vez mais se trabalha com novos suportes de pesquisa, como o uso da informática.

Projeto de Melhoria do Ensino de Graduação em Informática - PMEG/INF

O Projeto Setorial de Informática vem sendo desenvolvido há três anos. Entre as muitas questões ligadas ao ensino e aos profissionais da área, devem ser destacadas:

- situação atual do ensino de Informática (corpo docente, vagas e concluintes, demanda/oferta, estágio, equipamentos e laboratórios, etc);
- caracterização do profissional de nível superior;

- composição e estrutura de um curso de graduação
- considerações sobre infra-estrutura;
- estimativa da demanda de profissionais;
- projeção da demanda de profissionais, por categoria;
- estimativa da demanda de profissionais, por região;
- oferta de profissionais pela rede formal de ensino;
- estudo comparativo entre oferta e demanda.

Durante o estudo das questões, surgiram várias recomendações que levaram a propor a continuidade do trabalho que visa à melhoria do ensino e da pesquisa na área. Tais recomendações se traduzem nos seguintes

OBJETIVOS

melhoria das bibliotecas (atualização/ampliação do acervo)/interface BIBLOS;
 melhoria dos equipamentos (atualização/ampliação dos recursos computacionais e incentivo à maior utilização dos mesmos pelos alunos)/interface MICROS;
 estudo dos cursos superiores de Tecnologia em PD (atuação no mercado de trabalho e atualização do currículo mínimo para adaptá-lo às inovações tecnológicas verificadas desde a sua formulação);
 apoio ao docente (incentivo e assessoramento para melhoria da produção científica e da qualificação)/interface PROED;
 continuação dos estudos dos currículos da área.

Projeto de Melhoria do Ensino de Graduação em Oceanografia - PMEG/OCN

As discussões e os debates realizados recentemente, envolvendo questões ligadas ao ensino, em todos os níveis, à pesquisa e ao trabalho profissional do oceanógrafo, tiveram como resultado o surgimento de valiosas contribuições que permitiram a elaboração de propostas para melhoria do ensino e da pesquisa nesta área. Entre estas, destaca-se a implantação do Projeto de Melhoria do Ensino de Graduação em Oceanografia - "PMEG/OCN". Este projeto permitirá implementar as diretrizes e orientações curriculares e promover a melhoria do ensino superior, na perspectiva de uma formação especializada que habilitará o oceanógrafo para a produção do conhecimento específico, para o ensino e para a participação, como profissional, na solução dos problemas regionais e nacionais.

OBJETIVO

Este Projeto tem por objetivo promover a melhoria dos cursos de graduação em Oceanografia, através da implementação de subprojetos de:

- a) Apoio ao Docente/Interface PROAC
- b) Bibliotecas e Editoração/Interface BIBLOS e PROED
- c) Equipamentos e Instalações/Interface MICROS

Para atender a estas necessidades prementes das instituições que ministram o ensino da Oceanografia no País, propõe-se apoio para os projetos a serem implementados na USP, UERJ e FURG.

Projeto de Melhoria do Ensino de Graduação em Química - PMEG/QUI

Os bacharéis em Química e os químicos industriais, muito embora tenham as suas profissões regulamentadas desde 1956, não têm, até o momento, um currículo mínimo aprovado pelo Conselho Federal de Educação.

Atualmente, existe uma proposta do Conselho Federal de Química surgida de debates efetivados entre as entidades representativas daqueles profissionais. Urge, contudo, que se propicie o debate amplo entre todas as Instituições de Ensino Superior do País que ministram cursos nas referidas áreas de conhecimento, como forma de assegurar a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade interessada na matéria, bem como facultar o surgimento de um consenso, a nível nacional, a respeito da questão.

OBJETIVOS

- Promover a melhoria dos cursos de graduação em Química.
- Elaborar uma proposta de currículo mínimo para a área de química (Bacharel em Química e Química Industrial) a ser apresentada ao Conselho Federal de Educação.

AÇÕES PREVISTAS

- realização de três encontros regionais;
- realização de um encontro nacional, com a participação de 52 Instituições de Ensino Superior.

Projeto Nacional de Desenvolvimento do Ensino de Ciências Agrárias (PRONAGRI)

O Ministério da Educação, para a definição do presente projeto, baseou-se em estudos e diagnoses realizados no âmbito do ensino e pesquisa de Ciências Agrárias. A análise global do setor, através dos diagnósticos da SESu e CAPES e ainda pela "Avaliação e Perspectivas - 1982 - Ciências Agrárias" realizada pelo CNPq, evidenciou a existência de alguns problemas que afetam, de maneira significativa, o seu desenvolvimento. Especialistas do CNPq afirmam, no documento "Avaliação e Perspectiva", que o desenvolvimento científico e tecnológico agrícola somente será possível se dispusermos de recursos humanos adequados e que "o Brasil terá que encontrar caminho para mudar a estrutura de formação de recursos humanos que vem perpetuando uma educação geralmente de baixa qualidade em Ciências Agrárias".

De um modo geral, esses problemas, convenientemente identificados e equacionados, poderão ser corrigidos através de medidas saneadoras a curto, médio e longo prazos. Dentre esses problemas, destacam-se como mais importantes os seguintes:

- a) Desnível existente entre as várias instituições de ensino de Ciências Agrárias, quer seja na concentração de recursos humanos quer em instalações e equipamentos. Assim, determinadas IES dispõem de ótimas condições para o ensino e desenvolvimento de pesquisas, enquanto outras quase nada têm.
- b) Falta de apoio especial aos cursos emergentes que têm uma razoável massa crítica em termos de recursos humanos e materiais. Muitos desses cursos foram incentivados e até mesmo iniciados sob os auspícios do próprio MEC através dos programas especiais PEAS/PRODECA. Com o término daqueles programas e o advento da crise financeira que se abateu sobre as universidades, tais cursos não se desenvolveram a contento e carecem de um maior suporte.
- c) Necessidade de melhoria do pessoal docente através de treinamento em cursos de pós-graduação. É uma necessidade comum a todas as IES, em maior ou menor escala e, por isso, deve transformar-se em meta prioritária de qualquer programa de desenvolvimento. É importante salientar que algumas áreas como a fitotecnia e nutrição de plantas já se encontram satisfatoriamente atendidas, enquanto outras, como engenharia agrícola, virologia animal e reprodução necessitam de maior apoio, quer através de treinamento, quer através da ampliação do número de docentes.
- d) Lento desenvolvimento em determinadas áreas de especializa-

ção. Enquanto na agronomia, as áreas de fitotecnia, solos e nutrição de plantas (fertilidade) e economia rural já apresentam uma oferta razoável e uma boa perspectiva de expansão, outras como a virologia vegetal, conservação de solos e mecanização agrícola são pouco desenvolvidas e pouco esforço tem sido feito para desenvolvê-las. O mesmo acontece em algumas subáreas da veterinária, zootecnia, engenharia agrícola, pesca e floresta.

- e) Deficiência generalizada nas bibliotecas de Ciências Agrárias, tanto nos aspectos referentes a acervo bibliográfico quanto a equipamentos e recursos humanos.
- f) Deficiência de pessoal de apoio como laboratoristas, auxiliares de biblioteca, campo, etc, sendo importante salientar que o ensino de Ciências Agrárias, por ser eminentemente tecnológico, requer maior número de laboratórios, instalações de campo para animais e culturas que exigem cuidados permanentes, necessitando, portanto, de maior número de auxiliares.
- g) Falta de apoio às atividades didáticas, de produção científica e participação de docentes em eventos de interesse de sua área de especialização.

Diante dos problemas apontados através de estudos e diagnósticos realizados pelo MEC e CNPq, além de visitas "in loco" a várias instituições de ensino de Ciências Agrárias, foram estabelecidas algumas diretrizes adiante apresentadas, com o objetivo de sanar alguns dos problemas enumerados anteriormente. A fim de que, através da formação adequada de recursos humanos, a agricultura possa responder aos desafios que lhe são propostos, como a produção de alimentos básicos para o abastecimento interno, a expansão das exportações e a produção de energéticos derivados da floresta, álcool, óleos vegetais e biogás, propõem-se as seguintes diretrizes de ação:

1. incentivo ao desenvolvimento de áreas carentes do ensino de Ciências Agrárias;
2. consolidação de cursos de graduação e pós-graduação emergentes;
3. treinamento de docentes no país e exterior nas áreas carentes e para cursos emergentes;
4. apoio ao desenvolvimento de bibliotecas de Ciências Agrárias;
5. apoio para aquisição de equipamentos, laboratórios e instalações de campo para animais e produção vegetal;
6. apoio às atividades docentes através de unidades de apoio didático, participação em congressos, publicação de livros-textos, intercâmbio e ampliação do pessoal de apoio.

OBJETIVOS

Geral

Melhoria dos cursos de Ciências Agrárias a fim de que possam atender, em qualidade e quantidade, às necessidades de recursos humanos para o setor agrícola nacional.

Específicos

- Melhoria da infra-estrutura de ensino, pesquisa e extensão nas instituições de ensino de Ciências Agrárias, reforçando áreas carentes através do financiamento de:
 - a) equipamentos para laboratório e campo, incluindo oficinas de manutenção e reparos;
 - b) instalações agrícolas para animais e culturas de interesse regional e nacional;
 - c) bibliotecas agrícolas: aquisição de livros e periódicos, treinamento e ampliação de pessoal de apoio.
- Aperfeiçoamento de recursos humanos, através de treinamento de docentes:
 - a) em curso de pós-graduação "stricto sensu" e "lato sensu" no país e no exterior;
 - b) cursos por tutoria a distância; educação continuada.
- Ampliação do corpo docente e técnico-administrativo.
- Melhoria da produtividade e qualidade do ensino através de apoio às atividades docentes:
 - a) criação e/ou consolidação de Unidades de Apoio Pedagógico nas IES de Ciências Agrárias;
 - b) ampliação do programa de monitores;
 - c) estímulo à produção de material instrucional;
 - d) estímulo à editoração de livros e artigos técnicos sobre educação agrícola superior;
 - e) intercâmbio interuniversitário através de consultorias, de curto, médio e longo prazos (ano sabático);
 - f) incentivo à participação de docentes em congressos e reuniões nacionais e internacionais;
 - g) treinamento em todos os níveis.
- Criação de mecanismos para controle da qualidade e expansão dos cursos de Ciências Agrárias, através da elaboração de nor-

- mas relativas a padrões mínimos de qualidade.
- Consolidação dos cursos de doutorado.
 - Consolidação dos cursos de mestrado.
 - Consolidação dos cursos de graduação emergentes.
 - Apoio ao desenvolvimento das áreas consideradas deficientes no ensino de Ciências Agrárias pela equipe coordenadora do PRONAGRI.
 - Criação de cursos de doutorado a médio prazo nas IES que já apresentam considerável massa crítica.
 - Apoio aos cursos de Ciências Agrárias das Instituições de Ensino não-Federais.

O PRONAGRI propõe-se a dar assistência também às instituições de ensino de Ciências Agrárias não-federais. São 24 instituições entre as estaduais, municipais e particulares que hoje respondem por cerca de 35% da oferta de vagas dos cursos de Ciências Agrárias no País.

PLANO OPERACIONAL

O Projeto será administrado pela Secretaria da Educação Superior - SESu/MEC e cada instituição participante deverá apresentar um plano de desenvolvimento, para as áreas previamente selecionadas.

O plano será então analisado pela SESu, através de comitês" assessores, procurando identificar os aspectos de maior relevância de cada instituição em consonância com as diretrizes gerais propostas no presente Projeto. Assim, serão propostas ações e estabelecidas as metas específicas para cada IES, visando a uma efetiva melhoria do ensino.

Durante a execução do Projeto, será feito acompanhamento das atividades com vistas a avaliações periódicas sobre o seu desempenho.

INTERFACES

A SESu/MEC articulará algumas das ações do Projeto às atividades ordinárias de outros órgãos do próprio MEC, como: Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e o Centro de Desenvolvimento e Apoio Técnico à Educação - CEDATE, encarregados do desenvolvimento de pessoal e infra-estrutura universitária, respectivamente. Além disso, ações integradas serão desenvolvidas junto a outras agências de desenvolvimento, como: o CNPq e FINEP para integração das atividades a exemplo do que foi realizado nos Programas PEAS/PRODECA encerrados em 1980.

Projeto de Apoio ao Ensino de Engenharia (PROENGE)

O ensino de Engenharia vem sendo objeto de amplas reformas em sua estrutura, em decorrência dos notáveis avanços da tecnologia e da necessidade da sua adaptação à realidade do País, em cada época.

A última dessas reformulações, datada de 1976, caracterizou-se pelo aumento da flexibilidade da estrutura curricular, permitindo que as escolas, em função de suas características históricas e regionais, a elas adequassem seus novos currículos.

A inexistência de mecanismos de avaliação e de assessoria didático-pedagógica às Instituições de Ensino Superior não permitiu, entretanto, que a reforma em questão fosse implantada na velocidade e eficiência desejadas.

Os principais pontos de estrangulamento observados situam-se em relação à produção editorial, na concepção de equipamentos para o ensino experimental, na capacitação de pessoal docente apto ao ensino de matérias preconizadas na Resolução 48/76 e na integração com o setor produtivo.

O excepcional crescimento do uso da informática na sociedade e as novas questões surgidas ao longo dos últimos anos, como a conservação da energia e do meio ambiente, levam à necessidade de estabelecer um plano que vise à melhoria do ensino de Engenharia. Do mesmo modo, o próprio papel do engenheiro, em face das mudanças sócio-econômicas tão ambicionadas na atualidade, conduz às mesmas necessidades.

Para a consecução deste plano, serão acionados os organismos do MEC que, utilizando-se da assessoria da Comissão de Especialistas em Engenharia (CEEng), estabelecerão as ações a serem desenvolvidas a curto prazo.

Ao mesmo tempo, objetivando assegurar o maior alcance de tais ações, o PROENGE - Projeto de Apoio ao Ensino de Engenharia - deverá envolver, em todas as suas tarefas, a ABENGE (Associação Brasileira de Ensino de Engenharia) e, simultaneamente, sensibilizar agências de fomento de outros Ministérios, notadamente o CNPq e a FINEP (do Ministério da Ciência e Tecnologia) e o STI (do Ministério da Indústria e Comércio).

OBJETIVOS GERAIS

- Promover a modernização do ensino de graduação em Engenharia, pela expansão dos meios de apoio ao ensino, à pesquisa básica e aplicada, e à geração de tecnologia.
- Sensibilizar os vários segmentos do setor produtivo, representados por organismos de classe (CONFEA, CREA, CFQ e CRQ) e por associações empresariais, visando a sua participação no processo de aperfeiçoamento do ensino e da aprendizagem em Engenharia.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Estimular e orientar a concepção e a construção de equipamentos utilizáveis no ensino experimental de Engenharia.
- Assegurar a todos os departamentos de Engenharia do País o acesso à informática, seja pela distribuição de equipamentos computacionais, seja pela formação técnica de professores e alunos.
- Promover a capacitação docente em matérias com novas características e estimular o aperfeiçoamento didático-pedagógico de professores de Engenharia.
- Orientar, coordenar e estimular a cooperação técnica entre Instituições de Ensino Superior na área de Engenharia.
- Criar mecanismos de apoio à edição de livros técnicos nacionais.
- Fornecer subsídios e apoiar a realização de estudos e projetos de avaliação da qualidade do ensino e da aprendizagem.
- Apoiar a concessão de bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica e a realização de eventos que visem à divulgação dos trabalhos de estudantes de Engenharia.
- Promover a integração do ensino de Engenharia com o sistema CONFEA-CREA.

O PROENGE constituir-se-á em Projeto Setorial da SESu/MEC, em estreita vinculação com a Comissão de Especialistas em Engenharia e com a ABENGE.

AÇÕES

1. No âmbito da melhoria da infra-estrutura para o ensino experimental
 - Identificar, com o apoio do CEDATE e da CEEng, equipamentos projetados por IES e alocar recursos para a sua construção e distribuição pelas escolas e departamentos de Engenharia.
 - Adquirir e distribuir microcomputadores para atendimento ao ensino de Engenharia no País, mediante sistemática a ser elaborada.
2. No âmbito da capacitação docente
 - Promover cursos de curta duração para a capacitação técnica de docentes nas seguintes áreas:

- Estruturas de Aço
- Microcomputadores
- Instrumentação e Controle
- Análise Experimental de Estruturas
- Planejamento Energético
- Fenômenos de Transporte
- Didática do Ensino Superior
- Normalização e Controle de Qualidade
- Patentes e Inovação Tecnológica.

3. No âmbito da Cooperação Técnica Docente

- Identificar os programas de cooperação técnica, visando à consolidação e/ou à implantação de linhas de pesquisa em IES na área de Engenharia.

4. No âmbito da Iniciação Científica

- Ampliar, através da CAPES, o Programa Especial de Treinamento (PET) no sentido de, em 1986, serem atendidos 800 bolsistas da área de Engenharia.
- Possibilitar a realização de 2 seminários regionais (Nordeste e Sul) de Bolsistas de Iniciação Científica e Tecnológica e de um seminário nacional.

5. No âmbito da Política Editorial

- Apoio à produção de livros em:
 - Fenômenos de Transporte
 - Métodos Numéricos em Engenharia
 - Resistência dos Materiais
 - Atribuições Profissionais dos Engenheiros

6. No âmbito da avaliação da qualidade do ensino e da aprendizagem

- Apoiar a realização dos seguintes projetos/estudos de caso:
 - Avaliação dos alunos do ciclo fundamental dos cursos de Engenharia •
 - Avaliação do desempenho das atividades docentes.

Projeto de Avaliação dos Cursos de Graduação

Trata-se da consolidação, a nível de processo, a ser implementada

pela SESu, com ampla participação da comunidade acadêmica, das ações de análise do ensino de graduação, iniciadas em 1984. Nesse ano, a SESu utilizou metodologia semelhante à que a CAPES vem usando na avaliação dos cursos de pós-graduação qual seja, a avaliação pelos pares. A experiência mostrou, entretanto, que os procedimentos adotados não se ajustam plenamente à graduação, onde certos aspectos têm que ser considerados. Do mesmo modo, os instrumentos utilizados na coleta das informações básicas se mostraram deficientes.

Ao se delinear o projeto de avaliação do ensino de graduação para 1985/86, considerou-se a possibilidade de ampla discussão, por representantes da comunidade acadêmica, de algumas alternativas metodológicas, capazes de levar a uma reflexão crítica sobre a qualidade do ensino de graduação por parte dessa mesma comunidade acadêmica, constituindo uma estratégia também inovadora na ação de avaliação.

OBJETIVOS

O Projeto considerará aspectos globais, enfatizando, todavia, aspectos pontuais. A nível global, o objetivo é conhecer melhor a qualidade geral do ensino superior no Brasil. É também oferecer às IES a oportunidade de um melhor conhecimento dos resultados do seu próprio esforço. Isto permitirá que as IES, dispondo de tais conhecimentos, tenham melhores condições de alterar padrões inibidores de certas ações.

A nível do MEC, o objetivo é aperfeiçoar os mecanismos que utiliza nesse processo de supervisão, bem como a construção de indicadores que subsidiem a racionalização dos modelos de alocação de recursos.

Este Projeto, aliado ao Projeto de Acompanhamento e Avaliação do Desempenho Gerencial e Acadêmico das IES, ao Projeto de Cooperação Técnica Interinstitucional, ou ao Projeto Estudo de Custos e Alocação de Recursos, nas IES federais, será responsável direto pela criação dos elementos capazes de permitir a fixação de prioridades para financiamento, quando do exame dos projetos das universidades através do PROGRAMA DE APOIO À EDUCAÇÃO SUPERIOR - "NOVA UNIVERSIDADE".

DELIMITAÇÃO DO UNIVERSO

O universo será caracterizado por três grupos específicos de instituições:

GRUPO I

— Instituições de ensino superior federais, supervisionadas pela SESu:

19 universidades autárquicas

16 universidades fundacionais
08 escolas isoladas autárquicas
01 escola isolada fundacional
04 centros federais de educação tecnológica

GRUPO II

— Universidades não federais (estaduais, municipais e particulares):

10 universidades estaduais
02 universidades municipais
20 universidades particulares

GRUPO III

— Estabelecimentos isolados particulares, federações e integradas:

539 estabelecimentos isolados
56 federações e faculdades integradas

Os grupos I e II terão a metodologia de avaliação discutida pela comunidade acadêmica, enquanto que o grupo III terá um tratamento diferenciado, não só por sua natureza como também pelo elevado número de instituições.

METODOLOGIA

O grupo III será alvo de um estudo preliminar específico a ser realizado pelas DEMECs, com a participação da SESu e com a colaboração das universidades. O estudo, que decorre da ação de supervisão das próprias DEMECs, será consubstanciado em relatórios referentes a cada curso ou instituição situada na área de jurisdição da Delegacia, e dele deverão constar basicamente:

- a) a situação das bibliotecas em termos de acervo, funcionamento, etc;
- b) a situação dos laboratórios, quando for o caso, em termos de instalações, acesso dos alunos e uso efetivo em atividades de ensino;
- c) a situação do corpo docente, em termos de qualificação, regime de trabalho, assiduidade, etc;
- d) a situação do corpo discente, em termos de frequência, uso das instalações disponíveis, bibliotecas, laboratórios, outras facilidades, estágios, etc;

- e) a situação do curso ou da instituição em si, em termos da qualidade do ensino que ministra e da forma como são avaliados, pela sociedade, empresas, órgãos públicos, etc, os profissionais por ela formados;
- f) uma classificação da instituição ou curso em uma das três categorias seguintes:
 - excepcionalmente boa, com todos ou quase todos os itens de (a) até (e) satisfatoriamente atendidos;
 - excepcionalmente fraca, com todos ou quase todos os itens não atendidos;
 - posição intermediária.

PROPOSTAS ALTERNATIVAS DE METODOLOGIA PARA OS GRUPOS I E II

- Avaliação, nos moldes de 1984, pelos pares, a partir de informações fornecidas pelas IES, associadas às dos próprios consultores.
- Auto-avaliação, em que as IES, através dos colegiados de cursos e respectivos departamentos principais, fariam sua própria avaliação. Neste caso, os consultores e assessores da SESu complementaríamos essa auto-avaliação com visitas e análise dos relatórios encaminhados pelas próprias IES.
- Auto-avaliação, com esquema paralelo realizado através de análise de dados e visitas, por consultores e assessores da SESu. Neste caso, haveria ainda a escolha de, pelo menos, duas IES, de dependência administrativa diferente, em que haveria um acompanhamento direto da auto-avaliação por especialistas indicados. Este mesmo procedimento poderá ser aplicado à primeira e à terceira alternativas.

Área 2 - Relacionamento da Universidade com a Sociedade

Projeto de Apoio à Integração da Universidade em seu Contexto Sócio-cultural

A extensão, como uma das atividades-fim do sistema acadêmico, além de constituir a projeção da universidade na comunidade, é o método efetivo e real que permite a compreensão da rápida evolução da sociedade e a conseqüente atualização das práticas de ensino e pesquisa. É através das atividades de extensão que a universidade traduz sua responsabilidade social, fazendo refletir esta consciência na sua forma de atuação.

A interação entre a universidade e os demais segmentos da sociedade, através da qual ela assume e cumpre seu compromisso de participação no processo social, propicia a formação de profissionais conscientes e capazes de atuar como agentes transformadores.

No desenvolvimento das atividades acadêmicas, o equilíbrio entre as três funções básicas da universidade — ensino, pesquisa e extensão - tem-se revelado muitas vezes prejudicado. Isto porque algumas instituições vêm implementando a extensão como ação paralela às atividades de ensino e pesquisa e as dificuldades operacionais desta prática têm causado um considerável descrédito por parte da comunidade acadêmica. A responsabilidade por esta distorção tem sido, também, atribuída freqüentemente à escassez de recursos financeiros. Percebe-se, ainda, que a falta de um esforço efetivamente integrado para a reflexão e avaliação das ações, definição clara de objetivos, busca de soluções e troca de experiências tem dificultado o aperfeiçoamento do processo.

Neste sentido, a supervisão ministerial tem um papel importante a desempenhar, promovendo, estimulando, orientando e acompanhando as atividades das IES, bem como proporcionando a articulação interuniversitária, intersetorial e interministerial.

O Projeto procura, portanto, apoiar e promover a articulação de ações que:

- demonstrem comprometimento da universidade com seu meio, como agente inovador e estimulador de desenvolvimento local e regional;

- promovam o envolvimento institucional e interdepartamental;
- tenham em vista a interação docente/discente, universidade/comunidade, pesquisa/ensino teórico/ensino prático, ensino superior/demais graus.

Desta forma, a universidade pode estender o saber universitário ao seu meio e captar o que há de essencial para a renovação de conteúdos de ensino, propiciando o alcance da melhoria da qualidade acadêmica.

OBJETIVO GERAL

Aperfeiçoar o desempenho acadêmico e promover a interação efetiva entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão, através do desenvolvimento de ações institucionais planejadas, dinâmicas, interdisciplinares, contínuas e coordenadas com os fatores sociais, econômicos e culturais.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- apoiar e acompanhar o desenvolvimento do estágio curricular como forma de prática privilegiada de ensino-aprendizagem e como forma de ação direta, segundo a identidade de cada IES;
- ampliar e fortalecer a participação da universidade na formulação e implementação de programas de alcance regional em articulação com o Ministério do Interior, Ministério da Ciência e Tecnologia e outros;
- apoiar iniciativas vinculadas aos programas institucionais que reflitam o fortalecimento da identidade e autenticidade das manifestações culturais, como também o esforço para sua preservação e ampla difusão;
- estimular e apoiar, de parceria com outros órgãos locais, as ações que representem real interação da universidade no desenvolvimento comunitário e redução das disparidades sociais, através de projetos de extensão que atendam às necessidades básicas da população: educação, saúde, nutrição, infra-estrutura urbana e outras;
- promover e apoiar iniciativas das IES voltadas para a educação política, com vistas à formação da consciência social, cultural e democrática e da responsabilidade pública dos universitários;
- promover, apoiar e acompanhar a cooperação entre as IES nos programas orientados para o desenvolvimento comunitário, cultural e educacional.

ESTRATÉGIAS

Em consonância com os objetivos aqui delineados e de acordo

com os recursos disponíveis, serão prioritariamente apoiados projetos que apresentem as seguintes características:

que o projeto de extensão seja parte intrínseca do Programa Institucional e não uma proposta isolada de um departamento, Coordenadoria ou pró-reitoria de extensão;

que os objetivos educacionais predominem sobre quaisquer outros objetivos, sejam eles de natureza assistencial, de prestação de serviços, ou medida propulsora do desenvolvimento sócio-cultural;

que a proposta se constitua tanto num mecanismo de transformação a nível de conteúdo e de metodologias de ensino, como venha a promover mudanças em segmentos da sociedade local ou regional.

AÇÕES

Para efetiva operacionalização do projeto, a SESu promoverá, paralelamente às ações de articulação, supervisão e acompanhamento, algumas formas de reflexão sobre as atividades de extensão:

1. reuniões periódicas de consultores da área de extensão universitária para análise das ações em desenvolvimento;
2. reuniões regionais de pró-reitores de graduação e extensão para discussão, avaliação das atividades de extensão como prática de ensino e intercâmbio de experiências valiosas.

Área 3 - Comprometimento com o Desafio da Educação Básica

Projeto Integração da Universidade com o Ensino de 1º Grau

O Projeto Integração da Universidade com o Ensino de 1º Grau surgiu, em fins de 1981, como um dos projetos do Programa Integrado de Desenvolvimento Acadêmico, desenvolvido pela Secretaria da Educação Superior, com apoio financeiro do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e participação da SEPS, caracterizando-se por uma série de ações destinadas a aprimorar o ensino de graduação e a fomentar a participação das IES em programas de relevância social, especialmente no que se refere ao atendimento da educação básica e promoção da cultura, e a incrementar o estágio curricular como instrumento pedagógico para a consecução dos seus objetivos.

A razão maior deste Projeto reside na busca de interação entre a universidade, representada por professores e alunos, e as secretarias estaduais e municipais de Educação, através do pessoal técnico-administrativo, professores e alunos de 1º grau. Essa busca pressupõe um princípio de desburocratização do saber e, conseqüentemente, do próprio poder. Nessa interação, universidade, secretarias e escolas sentam-se lado a lado para debaterem os problemas da educação brasileira. As propostas emergem da discussão da comunhão de esforços do consenso, sobre o "quê" e o "como" pode ser feito, para a solução de determinados problemas.

OBJETIVOS

Fundamentado em dois princípios básicos - o da necessidade de inserção da instituição na problemática de seu meio e o de que o esforço de aperfeiçoamento das bases do sistema educacional é a forma mais natural, justa e adequada de extensão do ensino de 3º grau para fora de suas fronteiras — o Projeto Integração da Universidade com o Ensino de 1º Grau apresenta dois grandes objetivos:

- colaborar no equacionamento e na proposição de soluções aos problemas de 1º grau;
- fomentar a formação de professores mais ajustados à realidade brasileira.

AÇÕES

As principais linhas de ação do projeto, que se caracterizam como de treinamento, visam, na sua perspectiva mais ampla, a aperfeiçoar o conhecimento e habilidades de recursos humanos.

Dessa forma, podem ser consideradas modalidades ou expressões de treinamento de recursos humanos os treinamentos de índole formal, tais como cursos, estudos sob a forma de seminário, simulação, microensino, bem como outras alternativas que incluam o treinamento em serviço, o estágio supervisionado, a prática de atividades, a realização de experiências que facilitem o diagnóstico de problemas desse nível de ensino e a conseqüente melhoria do processo de ensino-aprendizagem.

Dentro desta visão, situam-se as seguintes linhas de ação:

- melhoria do ensino nas séries iniciais, enfatizando o processo de alfabetização;
- melhoria do ensino nas áreas de Ciências, Matemática, Comunicação e Expressão, Estudos Sociais e Artes;
- desenvolvimento e aperfeiçoamento curricular, com ênfase no processo de avaliação;
- proposição de alternativas educacionais para as populações compreendidas na faixa de escolaridade obrigatória, porém não atendidas pelo sistema regular de ensino de 1º grau;
- melhoria do ensino dos cursos de formação de recursos humanos para o 1º grau (Escolas Normais).

METAS

Sendo uma experiência dinâmica, o Projeto Integração da Universidade com o Ensino de 1º e 2º Graus está voltado para um problema concreto que abrange diversos desdobramentos, desde a questão do vestibular à problemática da pré-escola, da expansão quantitativa e melhoria qualitativa da escolaridade obrigatória até a formação dos docentes desses graus de ensino. O desafio assumido para universalizar a educação básica depende em parte de uma resposta da universidade: sua capacidade e sua competência para formar os quadros que vão trabalhar no ensino de 1º e 2º graus. A universalização do ensino de 1º grau, pela garantia do acesso e de sua qualidade a todos os cidadãos, é uma decisão política da sociedade brasileira, cujo alcance supõe um compromisso efetivo do sistema da educação superior.

Área 4- Acompanhamento e Avaliação Institucional

Projeto de Cooperação Técnica Interinstitucional na Área de Administração Universitária

O desenvolvimento institucional das IES é um dos objetivos fundamentais a serem alcançados por elas próprias e pelo MEC.

A cooperação técnica nacional é uma das estratégias mais adequadas para o aperfeiçoamento institucional, uma vez que diversas IES já se encontram em estágios mais avançados em determinada subárea e podem repassar as soluções técnicas a outras instituições, adaptando-as às diferenças regionais. Tem, assim, um efeito multiplicador de grande alcance na economia do sistema e de cada uma de suas unidades.

Nos últimos anos, o desenvolvimento e expansão do ensino superior realizou-se de forma acelerada e pouco orientada. A administração universitária tornou-se uma atividade exercida por profissionais recrutados dos quadros técnicos e acadêmicos das próprias IES e, conseqüentemente, as soluções encontradas para os problemas que se colocam nesta área nem sempre são as mais adequadas.

Portanto, o esforço do MEC para o aperfeiçoamento gerencial das instituições de ensino superior deve ser redobrado. Neste sentido, a proposta da SESu tem como objetivo precípuo atender à área de administração universitária durante os próximos anos.

OBJETIVO GERAL

Fomentar a prática da cooperação técnica interinstitucional, na área da administração universitária, como instrumento de desenvolvimento institucional.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Promover e articular ações específicas de cooperação técnica.
- Assegurar a circulação, entre as IES, de material informativo que facilite iniciativas de cooperação e modernização.
- Promover a revisão e refinamento da metodologia de coopera-

ção técnica, na área de administração universitária.

SUBÁREAS DE A TUA ÇÃO

- Administração Geral
- Administração Acadêmica
- Administração Financeira e Orçamentária

TIPOLOGIA E CARACTERIZAÇÃO

As ações de cooperação técnica podem consubstanciar-se sob várias formas ou combinações de formas. Para consideração atual, parecem mais indicadas as seguintes:

- prestação de consultoria;
- assistência técnica;
- treinamento e/ou aperfeiçoamento de recursos humanos;
- intercâmbio de pessoal e de informações;
- realização de projetos conjuntos ou intercomplementares.

A cooperação realizar-se-á de forma unilateral (uma instituição transmissora e outra receptora), bilateral (duas instituições simultaneamente transmissoras e receptoras) e multilateral (várias instituições, em uma ou em ambas dessas posições).

Pode a cooperação assumir caráter menos ou mais formal, desde a consulta ou troca de informações, ocasional ou mesmo habitual, porém não "programada" ou "oficializada", até convênios ou contratos específicos. Entende-se que, no primeiro nível, a frequência e sistematização dessas práticas são altamente desejáveis, pela soma de resultados que podem produzir. Na medida em que sejam frequentes e sistemáticas, serão consideradas como ações de cooperação técnica as que tenham certo grau de formalização institucional. Isto significa que nem só convênios ou contratos serão instrumentos capazes de caracterizar a cooperação técnica. Ações de maior ou menor escopo, especificamente acertadas e programadas entre as partes interessadas, também serão consideradas cooperação técnica, para fins deste Projeto.

REQUISITOS E CRITÉRIOS

Para caracterizar-se a instituição como transmissora em programas de cooperação técnica num determinado setor, é de se esperar que nela se verifiquem, entre outras, as seguintes condições:

- o sistema sobre o qual se julga em condições de transferir conhecimentos e/ou técnicas deve estar nela implantado e operando de forma adequada;

- como alternativa ao requisito anterior, é admissível que se trate de sistema, ou modelo, não em operação na instituição, mas por ela desenvolvido para aplicação em condições diversas;
- ainda como alternativa, cabível em programas de cooperação bilateral, deve a instituição dispor de pelo menos uma base significativa de experiência e competência própria, sobre a qual pretenda montar projeto de desenvolvimento, em conjunto com outra e mediante intercomplementação de recursos;
- deve tratar-se de sistema, ou modelo, possível de ser transferido a outra IES, pelo menos a nível de projeto lógico, isto é, de sua concepção;
- em qualquer caso, a instituição deve dispor de pessoal em condições (inclusive de tempo) para promover a transferência, na forma prevista (consultoria, assistência, treinamento, etc).

Algumas condições podem ser enumeradas, como necessárias, por parte da receptora, para viabilizar o próprio processamento da ação de cooperação pretendida, a absorção dos conhecimentos e/ou técnicas que dela sejam objeto e a institucionalização dos resultados:

- infra-estrutura física adequada, em termos de instalações e equipamentos;
- quadro técnico-administrativo quantitativa e qualitativamente proporcionado, já montado ou pelo menos embrionário, asseguradas, neste caso, efetivas condições para a sua progressiva e oportuna implementação;
- apoio institucional inicial e com razoável perspectiva de continuidade (neste sentido é desaconselhável que se iniciem programas no período final de uma gestão administrativa).

As duas séries de requisitos e critérios até aqui enumeradas dizem respeito à apresentação que de si façam as instituições, respectivamente como ofertantes e como demandantes de cooperação. Elas se completam com outras que, desejavelmente, deverão presidir o emparelhamento dos recursos de uma instituição com as necessidades de outra, para que se estabeleça um programa de cooperação. Trata-se aqui de compatibilidades ou similaridades, que condicionarão, ou favorecerão, as perspectivas de tal programa vir a ser satisfatoriamente proveitoso, com a ressalva de que os elementos relevantes poderão variar de acordo com a natureza do modelo a transferir, ou o tipo de cooperação em vista.

Entre as IES, devem ser considerados como relevantes alguns elementos:

- similaridade de porte (quanto ao corpo discente, docente e/ou técnico-administrativo), de regime jurídico-administrativo (autarquia, fundação) e recursos materiais;

- localização geográfica, preferentemente ambas as instituições na mesma região;
- compatibilidade do modelo a transferir com os objetivos particulares e as condições locais da receptora;
- em ações unilaterais, familiaridade da transmissora com os problemas da receptora e, em ações bilaterais, conjugação de concepções e interesses;
- preferência a ações bilaterais, em que ambas as instituições, simultaneamente transmissoras e receptoras, explorem a inter-complementaridade de recursos e delas se beneficiem;
- preferência a ações multilaterais, em que um mesmo programa (por exemplo: de treinamento) atenda às necessidades de mais de uma instituição.

OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES

Na implementação do Projeto, sob a forma de ações concretas e específicas de cooperação, as iniciativas deverão partir das IES, não intervindo a SESu no agenciamento dessas ações, senão quando e à medida que for por elas solicitada.

Entende-se por isto que, em princípio, a cooperação se estabeleça e se desenvolva em nível horizontal, desde a procura dos cooperantes, ao entendimento entre estes das possibilidades de cooperação, até a formulação do programa e a sua execução.

Ao longo do processo, a SESu estará à disposição das instituições que a ela se dirijam, para orientá-las na escolha e/ou promover a articulação entre elas e/ou assessorá-las na elaboração do Projeto. Poderá ainda, segundo o caso, ser parte interveniente no resultante convênio ou acordo de cooperação quando eventualmente envolva recursos humanos e financeiros a serem por ela assegurados.

ACOMPANHAMENTO E A VALIA ÇÃO

A estratégia de acompanhamento e avaliação será definida e implementada de acordo com a caracterização das propostas de cooperação, encaminhadas pelas IES à SESu.

Apresenta-se, aqui, o conjunto de ações que a SESu pretende desenvolver, à medida que a experiência vá exigindo adequações necessárias à consecução dos objetivos do Projeto:

- informações padronizadas
- visitas "in loco"
- assessoramento paralelo
- avaliação final de cada programa
- avaliações conjuntas
- divulgação de experiências e dos resultados.

Projeto de Acompanhamento e Avaliação do Desempenho Gerencial das IES

A experiência de trabalhos realizados junto às IES, durante os últimos anos, tem mostrado que o ponto de estrangulamento do seu planejamento sempre esteve na falta de um bom sistema de informações capaz de acompanhar a evolução de suas atividades, permitir a identificação dos desvios e possibilitar o encaminhamento das soluções adequadas nos momentos oportunos.

Na maioria das nossas universidades, inexistente um acompanhamento sistemático de suas atividades, de modo a permitir avaliar a utilização dos recursos disponíveis, sejam materiais, financeiros ou humanos. A falta de tais mecanismos leva a instituição a correr riscos na elaboração de suas programações, uma vez que não há, a nível satisfatório, um "feed-back" de suas realizações dos períodos anteriores.

A falta de uma articulação forte e contínua entre a universidade e a sociedade gera desequilíbrios entre a oferta e a procura de profissionais, tanto por área de conhecimento quanto pela sua distribuição em termos de regiões geográficas do País. Assim, é fundamental uma atuação mais efetiva da IES no sentido de adotar mecanismos que possibilitem avaliar a absorção dos egressos (concluintes de nível superior), pelo mercado de trabalho e orientar a programação de seus cursos em função das necessidades e oportunidades existentes na região na qual está inserida.

É interesse do MEC conhecer melhor os produtos da universidade em termos quantitativos e qualitativos para poder reavaliar as políticas adotadas e obter subsídios que possibilitem estabelecer programas de trabalho com ações e estratégias flexíveis e adequadas às peculiaridades de cada instituição.

Torna-se, portanto, imprescindível um procedimento mais dinâmico da SESu no sentido de sensibilizar e estimular cada IES a criar ou aperfeiçoar o sistema interno de informações, visando à melhoria da qualidade de seu desempenho.

A postura do MEC, através da SESu, não deverá ser de um patrão, nem de mero espectador. Essa posição intermediária, que possibilitará cumprir o princípio básico de estimular e apoiar as iniciativas de boa qualidade a nível interno, só poderá ser assumida a partir de um sistema de informações confiáveis que lhe permita um acompanhamento adequado das ações das universidades.

OBJETIVO GERAL

- Institucionalizar e estimular o funcionamento de um sistema de acompanhamento e avaliação gerencial nas Instituições de Ensino Superior Federais.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- permitir a análise das informações referentes ao desempenho de cada IES;
- possibilitar o conhecimento e divulgação das realizações das IES federais nas diversas áreas do conhecimento e setores específicos;
- identificar a necessidade de assistência técnica ou consultoria às IES, em áreas, setores ou campos de atividades que estejam carentes ou apresentando um desempenho abaixo do satisfatório;
- estimular a cooperação interinstitucional através do conhecimento das potencialidades de cada IES.

ÁREAS DE ABRANGÊNCIA

- a instituição e seu funcionamento interno sob o aspecto gerencial;
- a instituição e suas relações com a comunidade externa e a eficácia de seus produtos;
- a instituição e o sistema de ensino superior, sua posição quanto ao porte a nível de excelência.

OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES

Para consecução dos objetivos propostos, é necessário, "a priori", haver a organização das informações básicas dentro de cada instituição. Aquela IES que possui um sistema de informações precário ou incipiente, sugere-se a implantação de mecanismos elaborados, testados e aprovados em outras instituições.

Após a organização ou implementação do sistema de informações, poderá a IES proceder à auto-avaliação de suas atividades administrativas e acadêmicas. Para tanto, a SESu oferecerá como subsídios o Projeto MODELO DE ACOMPANHAMENTO DO DESEMPENHO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR. Com base neste Projeto, a IES adotará os indicadores que julgar adequados para caracterizar seu desempenho gerencial, podendo inclusive definir e utilizar outros, elaborando, desta forma, o modelo de avaliação que melhor lhe convier.

Certamente, a execução da avaliação de desempenho propriamente dita conterá somente os indicadores mais significativos e pertinentes a cada situação concreta. Assim, a utilização prática dos instrumentos deverá ser flexível e dinâmica, de forma a adequar-se à realidade e à linha de atuação que se quer analisar e refletir.

Na medida do possível, a SESu prestará assistência técnica às IES que, por razões diversas, não disponham das condições essenciais para a definição do modelo que venha atender às suas necessidades.

Esta colaboração também poderá ocorrer na fase de aperfeiçoamento do sistema de informações acadêmicas, bem como de discussão sobre os indicadores que serão adotados internamente.

A SESu fará o acompanhamento das atividades das IES a partir de alguns indicadores considerados significativos para o MEC e extraídos do modelo de avaliação sugerido.

A relação das variáveis e indicadores a serem utilizados pela SESu, com os respectivos níveis de agregação, será encaminhada às IES.

O acompanhamento do desempenho das IES é imprescindível para a revisão das políticas de educação superior, bem como para levantar questões de interesse dos diversos órgãos que atuam na área.

Projeto de Avaliação de Custo-Aluno nas Instituições de Ensino Superior

No II Encontro de Reitores das Universidades Públicas, em 1973, foram divulgados estudos de apropriação de custo/aluno realizados em universidades federais. Naquela ocasião, a Secretaria-Geral do MEC recomendou às demais IES federais a utilização do modelo apresentado pela Universidade Federal da Bahia. Essa tentativa de padronização buscava definir um instrumento que subsidiasse a distribuição de recursos e se constituísse num mecanismo eficaz de avaliação da produtividade das IES. Durante todos esses anos, não se tem encontrado uma forma satisfatória de apropriação do custo/aluno para o conjunto das IES federais.

As tentativas de avaliação do custo/aluno nas universidades federais deverão ser utilizadas como ponto de partida para novos estudos de custo. Entretanto, há necessidade de se realizar estudos pormenorizados e sistemáticos que apresentem simplicidade nas aplicações e que, além disso, sejam genéricos e flexíveis para se aplicarem a um número significativo de IES.

Existem dificuldades na aplicação de modelos como o da UFBA, que surgem da impossibilidade de compatibilização e comparação entre instituições, conseqüência de distintas formas de apresentação, cálculo e interpretação de dados e informações.

A proposta de criação de um modelo de apropriação de custos se justifica, portanto, pela sua importância, para apoiar o planejamento, tanto a nível das instituições como no âmbito do Ministério. As IES vêm desenvolvendo suas atividades sem possuir um claro instrumento que lhes permita avaliar os custos internos dos seus distintos programas. Como conseqüência, podem ocorrer distorções, tanto na formulação da proposta orçamentária como na execução das atividades, as quais, dada a falta de conhecimento, podem estar em desacordo com as reais necessidades da ins-

tituição e da comunidade. Além disso, parte das dificuldades financeiras que as IES enfrentam pode ser creditada à ausência de mecanismos de análise dessa natureza.

A nível do Ministério da Educação e, mais especificamente, da Secretaria da Educação Superior, o problema também se reveste de grande importância, porque, para coordenar e financiar os programas da educação superior, o mais amplo conhecimento da realidade das IES se faz necessário. Para que a alocação de recursos obedeça a critérios reais e justos, deve o Ministério valer-se de instrumentos capazes de permitir uma distribuição de acordo com as prioridades das IES, as quais, naturalmente, estarão em consonância com as prioridades do desenvolvimento regional e nacional.

OBJETIVOS

O Projeto propõe-se a desenvolver uma metodologia ampla e flexível, que permita às instituições de ensino superior dimensionar, de modo uniforme, seus custos internos e, a partir dos mesmos, elaborar estudos que subsidiem a análise de questões com os seguintes objetivos:

- permitir aos órgãos de decisão central um melhor conhecimento dos custos dos programas desenvolvidos nas IES, facilitando e racionalizando o financiamento da educação e a alocação de recursos nestas instituições;
- permitir a criação de indicadores básicos que facilitem a realização de estudos comparativos entre instituições;
- permitir a avaliação do peso de cada componente de custo nas distintas unidades (núcleos de custo) e avaliar sua participação no custo total;
- conhecer e racionalizar a incidência dos custos em relação a cada uma das finalidades da IES (ensino, pesquisa e extensão);
- permitir a elaboração de estudos de simulação, com base no modelo de custos, visando subsidiar a tomada de decisão entre distintas aplicações de recursos (apoio ao planejamento).

PROCEDIMENTOS

Pretende-se definir um modelo de apropriação de custos que seja abrangente, no sentido de consignar em sua computação todos os custos internos da IES e ao mesmo tempo se procurará evitar esquemas sofisticados, de modo que sua aplicabilidade se ajuste a todas as instituições, sem prejuízo da uniformidade.

O Projeto compreende, basicamente, quatro etapas:

- definição do modelo de apropriação de custo;
- aplicação do modelo em fase experimental (sete universidades);

- expansão do modelo a outras universidades;
- manutenção do sistema.

Projeto de Supervisão das IESPI como Instrumento de Orientação e Melhoria do Processo Educacional (PROSUPE)

A proposta de supervisão das Instituições de Ensino Superior Particulares Isoladas - IESPI - caracteriza-se pela descentralização, uma vez que a sua execução é deslocada para o âmbito das delegacias do Ministério - DEMECs. Para que a supervisão possa realmente tornar-se instrumento de orientação e melhoria do processo educacional das IESPI, deverá contar também com a participação efetiva das universidades no aprimoramento e intensificação das ações.

Os serviços de orientação e supervisão, apesar do empenho das delegacias e do seu esforço de renovação, vêm, com algumas exceções, sendo desenvolvidos de forma conservadora, cartorial, considerando os aspectos de ordem normativa e deixando de lado a atividade-fim das IESPI.

Os relatórios recebidos pela SESu demonstram as dificuldades encontradas quanto à participação efetiva das universidades, a importância desta ação conjunta e a necessidade de se acelerar uma mudança efetiva de atitude.

Paralelamente a estas constatações, muitas delegacias expressam dúvidas e perplexidades quanto à execução da supervisão nos moldes propostos, num momento em que estão sendo questionados os próprios critérios de avaliação da qualidade do ensino.

Os especialistas são profundamente cautelosos quanto às definições, contudo, tendo como base os fatores que comprovadamente são considerados por todos como intervenientes na obtenção dos ditos critérios, acredita-se ser possível o balizamento da área ou talvez a explicitação da seguinte temática:

a) Com relação às IESPI

- coordenação de cursos, suas formas e critérios;
- atualidade curricular e critérios de formulação de conteúdos, seus fundamentos e intercomplementaridade;
- programas bem definidos e periodicamente executados para aperfeiçoamento e atualização de docentes;
- aferição de eficiência na utilização dos recursos de bibliotecas e laboratórios, sua adequação e atualidade;
- modelo de organização didático-acadêmico institucional e

- característica adequada às áreas em que atua;
- forma de distribuição dos recursos ou dotações destinadas pelas mantenedoras para a atividade-fim;
- fluxo de demanda aos concursos vestibulares, número de ingresso x número de egressos, represamentos x pesquisa de causalidade;
- orientação ao acadêmico.

b) Com relação às DEMECs

- a adoção de nova metodologia de atuação da supervisão, cuja abrangência vá além dos critérios que visam apenas ao cumprimento das normas;
- juntamente com aquele questionamento, apontam-se as dificuldades encontradas, podendo ser resumidamente elencadas:
 - falta de aperfeiçoamento e qualificação do pessoal técnico;
 - infra-estrutura deficiente;
 - maior conhecimento da realidade sócio-econômica e cultural da região em que estão inseridas;
 - falta de auxílio às universidades - ausência de integração;
 - resistência das IESPI e dos próprios técnicos para a mudança da postura de trabalho.

Justifica-se a apresentação deste Projeto não só pela contingência de dar continuidade ao trabalho iniciado, mas principalmente para que o relacionamento mais estreito SESu/Universidade/DEMEC/IESPI possa proporcionar clima propício a fim de que a supervisão venha a se constituir em instrumento de melhoria do processo educacional.

OBJETIVOS GERAIS

- Dar novo e reforçado impulso ao processo de supervisão como instrumento efetivo de melhoria da qualidade do ensino e do sistema educacional.
- Incentivar as iniciativas locais que expressem ação inovadora coerente com a nova postura de relacionamento IESPI/DEMEC/UNIVERSIDADE.
- Explicitar a situação geral e atual das condições de que dispõem as delegacias.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Motivar as delegacias, universidades e IESPI para implementação de subprojetos voltados para a melhoria de qualidade.
- Identificação dos obstáculos no processo de incremento da ação.
- Estimular DEMECs e IESPI no rumo ou caminho da auto-avaliação.
- Disseminar experiências concretas mais avançadas.
- Estimular a integração DEMEC/UNIVERSIDADE/IESPI e outros órgãos componentes da comunidade educacional local.
- Firmar a importância das DEMECs quanto ao seu papel na agilização do fluxo de informações SESu/IESPI e outros órgãos.
- Contribuir para que as delegacias identifiquem seu papel e dimensão do espaço de atuação como instrumento de melhoria de qualidade na região e quanto ao sistema como um todo.
- Avaliar o grau de compromisso da supervisão com a qualidade do ensino e o seu papel na articulação/integração/Universidade/SESu, via DEMEC.

ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA

As áreas dos DGES sob jurisdição das delegacias em São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Ceará e Pernambuco.

ÓRGÃOS INTERVENIENTES

Delegacias em São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Ceará e Pernambuco.

Universidades: as que se localizam nas respectivas áreas de influência como, por exemplo, USP, UFSCar, UNICAMP, PUC/SP, UFMG, UFJF, UFOP, PUC/MG, UFRJ, UFF, UNIRIO, PRC/RJ, etc.

Editado pela Assessoria de Comunicação da SESu
Impresso na Gráfica da Universidade Federal de Goiás

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)